

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANDRÉ DOS SANTOS GONÇALVES**

**DETERMINANTES DA FELICIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO: uma análise  
com ênfase no desemprego**

**Governador Valadares**

**2025**

**ANDRÉ DOS SANTOS GONÇALVES**

**DETERMINANTES DA FELICIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO: uma análise  
com ênfase no desemprego**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Ma. Nayara Peneda Tozei

Governador Valadares

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA****FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO  
ECO013GV MONOGRAFIA II  
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Às 14 horas do dia 07 de março de 2025, na sala 203, foi instalada a banca do exame de Trabalho de Conclusão de Curso para julgamento do trabalho desenvolvido pelo discente ANDRÉ DOS SANTOS GONÇALVES, matriculado no curso de bacharelado em Ciências Econômicas. A professora Nayara Peneda Tozei, orientadora e presidente da banca julgadora, abriu a sessão apresentando a outra examinadora, a professora Débora Chaves Meireles.

Após a arguição e avaliação do material apresentado, relativo ao trabalho intitulado "Determinantes da felicidade no contexto brasileiro: uma análise com ênfase no desemprego". a banca examinadora se reuniu em sessão fechada considerando o discente:

- Aprovado  
 Aprovado com correções  
 Reprovado

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada pelos presentes.

Governador Valadares, 07 de março de 2025

Orientadora

Membro da Banca

Aluno



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Peneda Tozei, Professor(a)**, em 07/03/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Chaves Meireles, Professor(a)**, em 07/03/2025, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre dos Santos Gonçalves, Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2280379** e o código CRC **9445904E**.

---

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gonçalves, André dos Santos.

Determinantes da felicidade no contexto brasileiro : uma análise com ênfase no desemprego / André dos Santos Gonçalves. -- 2025. 59 p. : il.

Orientadora: Nayara Peneda Tozei

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2025.

1. Felicidade. 2. Desemprego. 3. Bem-Estar Subjetivo. I. Tozei, Nayara Peneda, orient. II. Título.

## RESUMO

Este estudo investigou os determinantes da felicidade no Brasil, com ênfase no desemprego, e analisou os efeitos dessa condição sobre o bem-estar subjetivo para além da perda monetária. Os dados da 7ª onda da *World Values Survey (WVS)*, utilizados no trabalho, foram coletados no Brasil em 2018 por meio de entrevistas presenciais. A aplicação do método Probit Ordenado possibilitou a avaliação dos efeitos do desemprego e das demais variáveis socioeconômicas sobre os níveis de felicidade. Os resultados indicam que o desemprego reduz a probabilidade de um indivíduo se declarar feliz, mesmo isolados os efeitos causados pela perda de renda. Além disso, a presença de achados divergentes dos padrões convencionais ressalta particularidades do contexto brasileiro e sugere a necessidade de políticas públicas específicas, que considerem os aspectos psicológicos e sociais do bem-estar, com o objetivo de promover a qualidade de vida.

**Palavras-chave:** felicidade; desemprego; bem-estar subjetivo.

## ABSTRACT

This study investigated the determinants of happiness in Brazil, with an emphasis on unemployment, and analyzed the effects of this condition on subjective well-being beyond monetary loss. The data from the 7th wave of the *World Values Survey (WVS)*, used in this study, were collected in Brazil in 2018 through face-to-face interviews. The application of the Ordered Probit method allowed for the assessment of the effects of unemployment and other socioeconomic variables on happiness levels. The results indicate that unemployment reduces the probability of an individual reporting being happy, even when isolating the effects of income loss. Furthermore, the presence of findings that diverge from conventional patterns highlights the particularities of the Brazilian context and suggests the need for specific public policies that consider the psychological and social aspects of well-being to promote quality of life.

**Keywords:** happiness; unemployment; subjective well-being.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Frequência: Felicidade Relatada - Brasil - 2018 ...	30
Tabela 2 - Distribuição de Frequência: Status de Emprego - Brasil - 2018 ....	30
Tabela 3 - Tabela de Contingência: Felicidade e Desemprego - Brasil -2018	31
Tabela 4 - Preocupações com desemprego: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018.....	31
Tabela 5 - Escala de Rendimentos: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018 .....	32
Tabela 6 - Saúde: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018.....	33
Tabela 7 - Sexo: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018.....	34
Tabela 8 - Grupo Racial: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018 .....	35
Tabela 9 - Estado Civil: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018 .....	35
Tabela 10 - Escolaridade: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018 .....	36
Tabela 11 – Importância do Auxílio Desemprego: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018.....	41
Tabela 12 - Qualidade de Ajuste da regressão.....	43
Tabela 13 - Distribuição De Probabilidades.....	44
Tabela 14 - Resultados Da Estimação.....	45
Tabela 15 - Efeitos Marginais .....	49

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação Probit Ordenado.....	24
Figura 2 - Histograma da Idade.....	37
Figura 3 - Porcentagem de Empregados e Desempregados por idade.....	38
Figura 4 - Porcentagem das classes de felicidade por idade.....	38
Figura 5 - Histograma do Número de Filhos por Pessoa.....	39
Figura 6 - Porcentagem de Empregados e Desempregados por número de Filhos.....	40
Figura 7 - Porcentagem das classes de felicidade por número de filhos.....	40
Figura 8 - Distribuição De Probabilidades.....	44

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 ECONOMIA E FELICIDADE .....	12
2.2 DETERMINANTES DA FELICIDADE .....	16
2.3 ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE A FELICIDADE NO BRASIL .....	21
3 METODOLOGIA.....	23
4 RESULTADOS.....	29
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS .....	29
4.2 RESULTADOS DA REGRESSÃO .....	42
5 CONCLUSÃO .....	53
6 REFERÊNCIAS .....	55

## 1 INTRODUÇÃO

A busca pela felicidade é uma das maiores aspirações do ser humano. Enquanto bens materiais, como renda ou riqueza, têm uma natureza instrumental, sendo valorizados como meios para alcançar outros objetivos, a felicidade pode ser considerada um fim último, com valor intrínseco para o indivíduo (Bentham, 1989). Com o advento da revolução marginalista, a economia se distanciou de conceitos subjetivos como a felicidade, considerando-os como não científicos por não serem objetivamente mensuráveis. Indicadores objetivos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda, assumiram protagonismo na avaliação do desenvolvimento econômico (Frey e Stutzer, 2002).

Embora esses indicadores continuem centrais nas análises econômicas, percebe-se cada vez mais que eles não capturam completamente aspectos relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida<sup>1</sup>. Nesse contexto, a felicidade emerge como uma medida complementar, proporcionando uma visão mais abrangente do bem-estar (Ferrer-I-Carbonell, 2013). Nas últimas décadas, o estudo do bem-estar subjetivo, especialmente no campo da Economia da Felicidade, tem se destacado como uma abordagem adicional para avaliar o progresso social e a qualidade de vida (Diener, Lucas e Oishi., 2018).

O desemprego, uma das maiores preocupações de economistas e formuladores de políticas públicas em todo o mundo, é identificado como um dos fatores que mais impactam<sup>2</sup> negativamente a felicidade, superando até os efeitos da perda financeira. Segundo Frey e Stutzer (2002), o desemprego causa o maior efeito negativo no bem-estar entre todas as características individuais, superando características importantes, como desigualdade ou divórcio. No Brasil, onde o desemprego historicamente é elevado, alcançando 6,4% no trimestre encerrado em setembro de 2024 (IBGE, 2024), investigar suas consequências sobre o bem-estar subjetivo é crucial para compreender plenamente os custos dessa condição.

Compreender a relação entre desemprego e felicidade pode proporcionar uma visão mais completa sobre os custos do desemprego. Essa visão pode ser usada para complementar a

---

<sup>1</sup> Pesquisas sobre felicidade frequentemente revelam padrões conflitantes em relação às medidas objetivas de bem-estar. A percepção de felicidade não se alinha necessariamente com o crescimento econômico ou com a renda per capita, destacando a necessidade de considerar outras dimensões ao avaliar o bem-estar humano. (Ex: Easterlin, 1974).

<sup>2</sup> Estudos que utilizam dados em painel demonstram que o desemprego tem um impacto negativo consistente sobre a felicidade (Frey e Stutzer, 2002).

teoria econômica e para orientar as políticas públicas de forma mais eficiente. Por exemplo, a comparação do efeito do desemprego e da renda no bem-estar subjetivo pode ser uma ferramenta eficiente para medir o custo-benefício de uma política e para calcular o custo ótimo de uma política específica (Suppa, 2021).

Pesquisar a associação do desemprego com o bem-estar subjetivo pode também fornecer evidências sobre se o desemprego é, em grande parte, uma escolha ou uma condição involuntária. Caso seja involuntário, espera-se uma queda significativa nas probabilidades de maior felicidade; mas, se for em parte voluntário, essa queda pode ser menor. O entendimento sobre as escolhas dos indivíduos no mercado de trabalho pode ser importante para a ação pública. Se a maioria das pessoas está desempregada involuntariamente, políticas que simplesmente incentivem a atratividade do emprego, como aumentos nos salários ou benefícios trabalhistas, podem não ser suficientes. Por outro lado, se há uma parcela considerável de indivíduos que optam pelo desemprego, os programas de auxílio financeiro podem precisar ser revistos para evitar gastos públicos ineficientes (Clark e Oswald, 1994).

Ao analisar fatores econômicos como o desemprego, é comum os pesquisadores ignorarem os custos sociais advindos de aspectos subjetivos do bem-estar. Esse fato é evidenciado pela escassez de estudos no campo da Economia da Felicidade no Brasil. Ademais, um estudo sobre a felicidade dos desempregados no contexto brasileiro pode revelar relações específicas de como o desemprego afeta as probabilidades de felicidade dos indivíduos.

A partir dessa problemática, o presente estudo busca responder à seguinte pergunta: considerando diferentes determinantes de felicidade, como o desemprego se relaciona com as probabilidades de felicidade no contexto brasileiro? A hipótese que orienta essa investigação é a de que o desemprego tem efeitos no bem-estar mesmo controlados os efeitos da perda monetária. Estudos como o de Winkelmann e Winkelmann (1998), demonstram que o desemprego causa quedas no bem-estar psicológico mesmo isolados os efeitos da renda, apontando para fatores como perda de autoestima e isolamento social.

Para responder à pergunta, o objetivo geral deste trabalho é examinar os efeitos do desemprego e das demais variáveis socioeconômicas sobre a felicidade no contexto brasileiro. Para isso, será usado o método Probit Ordenado, com os dados da World Values Survey (WVS), 7ª onda, com dados brasileiros coletados em 2018. Como objetivos específicos, têm-se analisar a influência das diversas variáveis como determinantes do bem-estar subjetivo; estudar como se dá a interação entre o desemprego e as demais variáveis na determinação da felicidade; avaliar a magnitude do efeito do desemprego no bem-estar subjetivo isolando os efeitos da renda, evidenciando os efeitos não monetários do desemprego; e discutir os resultados em

comparação aos demais estudos sobre economia da felicidade presentes na literatura, indicando potenciais hipóteses sobre a relação entre desemprego e felicidade no Brasil.

Além de contribuir para o avanço da literatura sobre Economia da Felicidade no Brasil, este estudo busca oferecer uma análise atualizada e mais específica sobre a relação entre desemprego e felicidade no contexto brasileiro. Ao considerar a interação do desemprego com diversas características individuais, como renda, idade e percepção de segurança econômica, a pesquisa busca proporcionar um panorama mais abrangente e contextualizado dos fatores que influenciam o bem-estar subjetivo da população brasileira.

A estrutura deste trabalho está dividida em cinco capítulos, incluindo esta Introdução. O Capítulo 2 oferece uma revisão de literatura dividida em três seções: uma contextualização histórica da felicidade na economia e discussão teórica sobre as medidas de felicidade, uma análise dos determinantes da felicidade e, por fim, uma revisão focada no contexto brasileiro. O Capítulo 3 detalha a metodologia e os dados empregados no estudo. O Capítulo 4 está dividido em duas seções, com a primeira apresentando a análise descritiva dos dados e a segunda expondo e discutindo os resultados obtidos com o modelo econométrico. Por fim, no Capítulo 5, estão as considerações finais.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Para compreender o efeito do desemprego na felicidade dos brasileiros, é importante revisar alguns tópicos fundamentais que fornecem a base teórica para esta análise. Assim, esta revisão de literatura está estruturada em três partes principais. A primeira seção oferece uma revisão teórica sobre o estudo da felicidade na economia, abordando o surgimento das medidas de felicidade e sua importância como medidas de bem-estar. A segunda parte revisa os principais determinantes socioeconômicos da felicidade, como saúde, educação, renda e emprego. A terceira e última parte examina os resultados empíricos da literatura no contexto brasileiro, fornecendo uma análise das especificidades nacionais em relação à felicidade.

### **2.1 ECONOMIA E FELICIDADE**

O estudo da felicidade é uma jornada complexa e multifacetada, onde a definição e a quantificação apresentam desafios constantes. No contexto econômico, a interpretação da felicidade geralmente pressupõe uma perspectiva hedonista, centrada na experiência pessoal (Frey e Stutzer, 2002). Assim, não há preocupações diretas com uma definição precisa de felicidade, uma vez que ela é considerada uma experiência subjetiva, e cada indivíduo tem concepções singulares sobre o que significa ser feliz.

O pensamento utilitarista de Jeremy Bentham foi pioneiro ao associar a felicidade à maximização do prazer e à minimização do sofrimento. Para Bentham, a felicidade é a motivação central das escolhas individuais e das decisões sociais, e as ações moralmente corretas são aquelas que promovem a maior felicidade possível ao maior número de pessoas (Bentham, 1989). Este conceito ganhou destaque na economia, especialmente por sua ênfase na utilidade como medida do bem-estar.

Com a revolução marginalista, os economistas passaram a priorizar medidas objetivas, deixando de lado aspectos subjetivos como felicidade. Sob a influência do positivismo, os economistas começaram a considerar medidas subjetivas como "não científicas", focando em variáveis objetivas para inferir utilidade (Frey e Stutzer, 2002). A teoria ortodoxa postula que os indivíduos fazem escolhas racionais de modo a maximizar seu bem-estar. A abordagem axiomática das preferências reveladas possibilita medidas objetivas de utilidade, considerando as escolhas dos indivíduos como suficientes para inferir suas preferências e dispensando o uso de medidas subjetivas.

No entanto, existem questionamentos sobre a abordagem ortodoxa quanto à sua capacidade de capturar adequadamente a complexidade e a diversidade da experiência individual de bem-estar (ver, por exemplo, NG, 1997). A crítica central direcionada a essa abordagem é que ela tende a reduzir o bem-estar a uma série limitada de variáveis objetivas, negligenciando aspectos subjetivos, emocionais e contextuais que são igualmente relevantes para o bem-estar das pessoas<sup>3</sup>. Além disso, diferentes pessoas podem perceber os mesmos fatores objetivos de maneiras diferentes. Argumenta-se também que a ênfase exclusiva em medidas objetivas pode levar a políticas públicas inadequadas, uma vez que essas medidas não refletem plenamente as necessidades e aspirações dos indivíduos.

A economia da felicidade oferece uma compreensão mais ampla e complementar do bem-estar humano, sustentando que o indivíduo é o melhor juiz de seu próprio bem-estar, sendo capaz de fornecer respostas válidas e confiáveis sobre seus níveis de felicidade. Sendo assim, a principal característica dessa abordagem é o uso de medidas auto atribuídas de felicidade para compreender melhor questões teóricas e políticas relevantes (Ferrer-I-Carbonell, 2013).

Easterlin (1974) foi pioneiro ao integrar o estudo da economia às medidas subjetivas de felicidade. Em sua pesquisa, ele constatou que a correlação entre o bem-estar subjetivo e a renda relativa entre países, assim como entre o aumento da renda e o bem-estar ao longo do tempo, é fraca. Esses resultados originaram o chamado "Paradoxo de Easterlin", ao desafiar a ideia de que o aumento da renda sempre conduz a uma maior utilidade. Os resultados evidenciaram a necessidade de reconsiderar a complexidade do bem-estar humano e a importância de incluir medidas subjetivas nas análises econômicas, impulsionando o desenvolvimento do campo da Economia da Felicidade.

No entanto, diversas questões são levantadas sobre o uso de medidas auto atribuídas, principalmente no que diz respeito à capacidade de obter respostas válidas, confiáveis e comparáveis. Segundo Ferrer-I-Carbonell (2013), a validade do bem-estar subjetivo depende de duas premissas: primeiro, que exista correlação entre a felicidade relatada e o conceito teórico de interesse; segundo, que os indivíduos interpretem e relatem seu nível de satisfação de maneira consistente, de forma que quem relata 4 em uma escala de 1 a 4 se sente mais feliz

---

<sup>3</sup> Após a revolução marginalista e, especialmente, após os estudos de Easterlin (1974), a abordagem objetiva passou a ser questionada por diversos autores. NG (1997), um dos principais críticos da abordagem, argumentou que confiar unicamente em medidas objetivas pode ser enganoso, uma vez que tais métricas não capturam a complexidade das experiências humanas e os fatores que verdadeiramente influenciam a felicidade.

do que quem relata 3, por exemplo. MacKerron (2012) alerta que as respostas dependem das perguntas feitas e das interpretações dadas às perguntas, levantando questões sobre a consistência nos resultados.

Entre as questões levantadas sobre medidas de bem-estar, argumenta-se que experiências subjetivas são inquantificáveis, uma vez que é impossível provar que dois indivíduos experimentam a felicidade da mesma forma. Além disso, questiona-se se as pessoas têm pleno conhecimento de seus níveis de bem-estar, de modo a fornecer respostas consistentes nos questionários. Outro ponto é a veracidade dessas respostas, considerando que fatores culturais, sociais e comportamentais podem influenciar as respostas, levando a uma tendência de superestimar ou subestimar a felicidade (Veenhoven, 1997).

MacKerron (2012) argumenta que, na prática, esses problemas parecem ter pouca importância. Existem várias evidências empíricas de que as medidas de bem-estar subjetivo são significativas e que pessoas diferentes dão significados parecidos a elas. Segundo Clark (2016), as medidas de felicidade, por não serem diretamente observáveis, só podem ser validadas de forma indireta, através dos seus resultados de previsão. Os resultados mostram que as medidas de felicidade possuem valor informativo real e não são apenas ruídos.

Existem inúmeras evidências empíricas que demonstram correlações consistentes entre dados subjetivos e medidas objetivas, como sorrisos registrados em questionários, mudanças na musculatura facial e indicadores de saúde (Ferrer-I-Carbonell, 2013). Um exemplo notável é o estudo de Oswald e Wu (2010), que investigou a relação entre medidas subjetivas e objetivas de bem-estar humano. Utilizando dados do BRFSS (Behavioral Risk Factor Surveillance System), que inclui perguntas sobre satisfação geral com a vida, e dados objetivos, como renda média, características geográficas e demográficas, o estudo avaliou e classificou regiões com base em fatores objetivos como renda per capita, clima e criminalidade. A correlação entre a classificação dessas regiões e as medidas subjetivas de bem-estar foi estatisticamente significativa e excepcionalmente alta (igual a 60%), sugerindo que os dados de bem-estar subjetivo contêm informações genuínas e valiosas sobre a qualidade de vida.

Outra crítica comum às medidas de felicidade diz respeito à comparabilidade. Como a felicidade é uma experiência individual e subjetiva, diferentes indivíduos, culturas e classes sociais podem ter conceitos e valores variados sobre o que é ser feliz. Além disso, diferenças linguísticas podem interferir na interpretação da felicidade. Haybron (2020) defende que, mesmo com limitações na comparabilidade, as medidas subjetivas de bem-estar ainda fornecem informações úteis. O autor argumenta que, assim como um termômetro quebrado pode não medir a temperatura exata, mas pode indicar se um local é mais frio ou mais quente, as medidas

de felicidade podem revelar qual grupo é relativamente mais feliz, mesmo que não captem com precisão o quanto um grupo é verdadeiramente feliz.

Ademais, estudos indicam que existe uma compreensão compartilhada do conceito de felicidade, com evidências empíricas mostrando que as pessoas são capazes de prever a felicidade de outras e alinhar rótulos verbais a valores numéricos dentro de uma mesma comunidade linguística (Ferrer-I-Carbonell, 2013). Helliwell e Huang (2014) reforça que, embora fatores como cultura e personalidade influenciem a percepção individual do bem-estar, dados de mais de 140 países mostram que as diferenças na avaliação subjetiva da vida são amplamente explicadas por circunstâncias de vida semelhantes em todo o mundo, com aspectos materiais e sociais desempenhando um papel crucial. Na próxima seção, serão apresentados estudos que relacionam essas circunstâncias de vida às medidas de felicidade, ou seja, estudos sobre determinantes da felicidade.

## 2.2 DETERMINANTES DA FELICIDADE

Desde os estudos pioneiros de Easterlin, diversos pesquisadores têm se dedicado a relacionar medidas de felicidade a fatores sociais e econômicos. Atualmente, existe uma vasta literatura sobre os determinantes da felicidade, revelando padrões amplamente observados em diferentes contextos, conforme será apresentado ao longo desta seção. Embora o bem-estar subjetivo seja sensível às particularidades culturais e socioeconômicas, estudos indicam que os principais fatores que influenciam a felicidade dos indivíduos, como desemprego, saúde ou divórcio, são semelhantes em diversas sociedades e níveis de desenvolvimento (Helliwell e Barrington-Leigh, 2010). Entre os fatores mais estudados estão atributos socioeconômicos como renda, saúde, situação financeira e status de emprego (Azizan e Mahmud, 2018).

Layard (2005), em uma ampla revisão de estudos sobre a felicidade, apontou que certos fatores, como situação financeira, trabalho, saúde, relacionamentos familiares e valores pessoais, desempenham um papel central na determinação dos níveis de bem-estar. A felicidade apresenta, de forma consistente, correlação negativa com desemprego, divórcio e incerteza econômica. Indivíduos saudáveis, casados (ou em parcerias estáveis) e moradores de áreas urbanas geralmente relatam níveis mais elevados de felicidade do que seus pares (Nikolova e Graham, 2020).

A relação entre felicidade e idade segue um padrão em "U", com maior bem-estar reportado entre jovens e idosos, e uma diminuição entre os 40 e 50 anos, seguida por um aumento novamente entre os 60 e 70 anos (Cheng, Powdthavee e Oswald., 2017; Diener, Lucas e Oishi., 2018; Nikolova e Graham, 2020). Diener, Lucas e Oishi. (2018) alertam que esse padrão, embora amplamente observado em nações ocidentais de maior riqueza, não é universal. Em países de renda mais baixa a felicidade pode declinar de forma linear com a idade.

Alguns fatores, como gênero e educação, apresentam associações mais fracas com o bem-estar subjetivo. O nível de escolaridade parece ter um efeito mais significativo em análises agregadas (em termos de locais ou grupos) do que em indivíduos (Diener, Lucas e Oishi., 2018). Meisenberg e Woodley (2015) apontam que fatores socioculturais afetam o bem-estar subjetivo de homens e mulheres de maneiras distintas, e encontram que o aumento no tempo de escolarização parece ter maior efeito para os homens, a igualdade de gênero tem poucos efeitos significativos no bem-estar subjetivo geral, e a participação feminina no mercado de trabalho reduz o bem-estar das mulheres em relação aos homens. Clark (2018) sugere que essa redução pode estar ligada às expectativas: como as mulheres historicamente tinham expectativas

menores relacionadas ao mercado de trabalho, elas tendiam a avaliar os efeitos do emprego sobre o próprio bem-estar de forma mais positiva. À medida que as mulheres passam a ter expectativas mais altas, se envolvendo mais com suas carreiras, desenvolvimento profissional, e enfrentando maior pressão social, o bem-estar relatado diminui.

A correlação entre saúde e felicidade geralmente se mostra alta, mas um desafio comum com essa associação é que os estudos costumam utilizar medidas de autoavaliação de saúde, o que pode contaminar os resultados com efeitos de humor ou outros fatores que influenciam tanto a percepção de saúde quanto o bem-estar (Winkelman e Winkelman, 1998; Clark, 2018). Porém, segundo Clark (2018), quando são utilizadas medidas mais objetivas de saúde, como deficiências, visitas médicas ou dias de hospitalização, a relação positiva entre saúde e felicidade continua evidente.

A relação entre renda e felicidade é uma das mais estudadas e relevantes na economia da felicidade. Há um consenso de que a renda individual está positivamente relacionada à felicidade. No entanto, os estudos mostram que essa associação apresenta utilidade marginal decrescente, ou seja, quanto maior a renda, menor o efeito de ganhos adicionais sobre a felicidade (Clark, 2018; Frey e Stutzer, 2002).

Grande parte dos estudos sobre essa relação utiliza dados de corte transversal, o que dificulta a análise de causalidade. Pode ser que pessoas com maior renda sejam mais felizes, ou que pessoas mais felizes tenham mais chances de ganhar melhor. Estudos utilizando dados em painel e com ganhadores de loterias evidenciam que um aumento na renda leva a um aumento na felicidade (Winkelmann e Winkelman, 1998).

Apesar da correlação positiva entre renda e felicidade, essa correlação é mais baixa do que o esperado, o que indica que existem outros fatores econômicos, como desemprego, e não econômicos, como saúde, que são importantes fatores de influência (Frey e Stutzer, 2002). Layard (2005) destaca, inclusive, que fatores como saúde, emprego e relações sociais têm um efeito mais significativo e duradouro sobre a felicidade do que a renda.

Embora os resultados no nível individual sejam positivos, quando se analisam a felicidade considerando grupos de indivíduos a correlação entre renda, ou crescimento econômico, e felicidade é fraca. Alguns analistas podem confundir a relação positiva de curto prazo entre o bem-estar subjetivo e o PIB, que pode ser positiva, levando a acreditar que a elevação da renda eleva a felicidade. Porém, no longo prazo essa relação é nula (Easterlin, 2015). Diversas hipóteses tentam explicar este resultado. Entre elas, três se destacam:

- Hipótese da Adaptação Hedônica: sugere que as pessoas se adaptam às suas condições de vida, atualizando suas expectativas e aspirações, o que impede uma mudança

permanente no bem-estar. Dessa forma, um aumento na renda eleva apenas temporariamente os níveis de felicidade (Nikolova e Graham, 2020)

- Hipótese da Comparação Social: os efeitos da renda estão ligados à comparação social. Segundo Ferrer-I-Carbonell (2013), a comparação com um grupo de referência afeta a satisfação com a vida. Pessoas com renda abaixo de seu grupo social de referência são menos satisfeitas, enquanto aquelas com renda acima não mostram um aumento significativo na felicidade.
- Hipótese da Desigualdade: quando há crescimento econômico acompanhado de maior desigualdade, algumas pessoas podem não sentir os benefícios do crescimento econômico e podem sentir que um pequeno grupo se beneficia injustamente da riqueza crescente. Quando o crescimento econômico é distribuído de maneira mais equitativa, o paradoxo de Easterlin, mencionado na seção anterior, raramente surge (Oishi e Kesebir, 2015).

Nesse sentido, é interessante considerar propostas alternativas de desenvolvimento social que vão além do crescimento econômico, como o desenvolvimento humano baseado na liberdade, proposto por Amartya Sen (2018). Medidas como o PIB podem ter limitações, como a falta de consideração por atividades não mercantis, lazer, e mudanças em recursos naturais e capital humano. Propostas como o índice de Felicidade Nacional Bruta (FNB), adotada no Butão, podem ser complementares, oferecendo uma visão mais abrangente do bem-estar (Bates, 2009).

O desemprego também está entre os fatores mais importantes estudados na economia da felicidade, frequentemente apresentando um efeito negativo no bem-estar maior do que qualquer outra característica única, incluindo divórcio e separação (Frey e Stutzer, 2002). Isso destaca sua importância na determinação da felicidade dos indivíduos.

Segundo o IBGE (2024), pessoas desempregadas são aquelas com idade para trabalhar (a partir de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e buscando emprego. As pesquisas na Economia da Felicidade costumam considerar indivíduos que perderam seu emprego para estimar o efeito na felicidade (ex: Clark e Oswald, 1994). Outros estudos levam em conta a declaração dos entrevistados sobre seu status de emprego (ex: Corbi e Menezes-Filho, 2006).

Pesquisas recentes revelam que o desemprego está associado a efeitos negativos na felicidade que vão além dos efeitos da perda de renda. Winkelmann e Winkelmann (1998), por exemplo, encontraram que, na Alemanha Ocidental, o efeito do desemprego no bem-estar é sete vezes maior que o causado simplesmente pela perda monetária.

Diversas hipóteses tentam explicar a origem dos custos não monetários do desemprego, apontando para fatores como perda de contatos sociais, realização social e autoestima (Winkelmann e Winkelmann, 1998; Suppa, 2021). Por exemplo, atividades sociais estão correlacionadas com a felicidade, enquanto o desemprego reduz de forma duradoura as atividades sociais públicas dos indivíduos (Suppa, 2021). Além disso, a comparação social tem um grande efeito no sentimento de realização social e na autoestima dos desempregados, afetando os níveis de felicidade (Ferrer-I-Carbonell, 2013). Os efeitos da comparação são evidenciados pelos resultados do desemprego em massa na felicidade individual terem menor efeito em comparação ao desemprego em níveis mais baixos (Frey e Stutzer, 2002).

Outra discussão relevante é o efeito do desemprego na felicidade ao longo do tempo. Estudos sugerem que, embora o desemprego inicialmente reduza drasticamente o bem-estar individual, há uma atenuação gradual do efeito ao longo do tempo (Clark, 2006). Várias explicações teóricas têm sido propostas para entender essa redução.

Primeiramente, a teoria da adaptação sugere que os indivíduos se adaptam à condição de desemprego com o passar do tempo, levando a uma diminuição do efeito negativo na felicidade (Nikolova e Graham, 2020). Além disso, a identificação dos desempregados em grupos sociais similares desempenha um papel crucial na melhoria do bem-estar subjetivo. Conforme os desempregados se conectam com outros indivíduos na mesma situação, eles podem encontrar apoio emocional e compreensão mútua, o que pode contribuir para o aumento dos níveis de felicidade (Helliwell e Putnam, 2004).

Por último, há a questão da permanência na situação de desemprego. Com o tempo, aqueles que experimentam maior sofrimento tendem a encontrar empregos ou outras ocupações, enquanto os que permanecem desempregados são geralmente aqueles menos afetados pela falta de emprego. Essa seleção natural cria a ilusão de que o efeito do desemprego na felicidade diminui ao longo do tempo. Clark (2006) e Lucas *et al.* (2004) encontraram poucas evidências de redução do efeito do desemprego na felicidade em seus estudos, sugerindo que a felicidade dos desempregados não melhora substancialmente com a duração do desemprego.

Os efeitos do desemprego na felicidade também podem variar significativamente entre diferentes grupos demográficos e normas sociais. A perda do emprego pode afetar mais profundamente o bem-estar subjetivo masculino, devido às expectativas sociais e à identidade associada ao trabalho. Para os homens, o emprego tende a ser mais central para a identidade e satisfação pessoal, resultando em uma queda mais acentuada no bem-estar subjetivo quando estão desempregados. As mulheres, por outro lado, podem ter normas sociais diferentes,

obtendo status social de maneiras distintas dos homens, o que torna o trabalho menos central em suas vidas em comparação aos homens (Van Der Meer, 2014).

Para as pessoas casadas, o efeito do desemprego é menor do que para os solteiros. A presença de um parceiro oferece apoio emocional e validação social, o que ajuda a compensar a perda de um emprego e torna o desemprego menos estressante. Esse apoio permite que casados de ambos os gêneros lidem melhor com o desemprego em comparação aos solteiros (Van Der Meer, 2014).

Outra questão relevante diz respeito aos efeitos da incerteza no mercado de trabalho sobre a felicidade. Segundo Knabe e Rätzl (2010), a percepção de segurança no emprego para os empregados e as chances de conseguir um novo emprego para os desempregados são tão importantes para o bem-estar subjetivo quanto o status de emprego do indivíduo. Em alguns casos, um indivíduo desempregado que acredita ter chances de encontrar um novo emprego pode relatar níveis mais altos de felicidade do que alguém com um emprego inseguro. Dessa forma, a insegurança no trabalho pode ser tão prejudicial para o bem-estar subjetivo quanto o desemprego.

### 2.3 ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE A FELICIDADE NO BRASIL

Os resultados brasileiros seguem padrões semelhantes aos observados em outros países no que diz respeito aos principais determinantes da felicidade. Estudos apontam uma relação convexa entre idade e felicidade, com um ponto mínimo em torno dos 50 anos. O nível educacional apresenta uma associação com a felicidade de baixa significância. Já o estado civil demonstra maior influência, com indivíduos casados tendo uma probabilidade significativamente mais alta de pertencerem aos grupos com níveis elevados de felicidade (Corbi e Menezes-Filho, 2006; Ribeiro e Marinho, 2017).

Apesar de o Brasil compartilhar padrões semelhantes a outros países, ele apresenta particularidades em seus resultados devido a fatores contextuais, culturais e socioeconômicos. Uma das particularidades é o papel da renda. Segundo Neri (2009), entre os 132 países incluídos em sua pesquisa, no Brasil, a renda causa o menor efeito na felicidade. Ou seja, para aumentar a felicidade em uma unidade, no Brasil, é necessária uma renda maior que para os outros países.

Diversos estudos encontraram uma correlação positiva entre renda e felicidade no Brasil. Em Corbi e Menezes-Filho (2006), enquanto indivíduos no decil mais baixo de renda têm quase 3% de probabilidade de serem classificados como "infelizes", aqueles no decil mais elevado apresentam uma probabilidade inferior a 1%. Para a categoria "muito feliz", a probabilidade para indivíduos no primeiro decil é de cerca de 18%, enquanto para os do decil mais alto esse valor praticamente dobra.

Ribeiro e Marinho (2017) também destacam que, no Brasil, um aumento de renda correspondente a um decil eleva a probabilidade de uma pessoa se sentir mais feliz em 10%, em comparação com ser menos feliz. Para faixas mais altas de renda, os níveis de felicidade são menos sujeitos a grandes variações causadas pela renda.

Uma questão importante é se a renda absoluta ou a renda relativa proporciona ganhos de bem-estar aos indivíduos. Islam, Wills-Herrera e Hamilton. (2009), em um estudo realizado em Belo Horizonte, verificaram que a renda contribui para a felicidade por mecanismos associados ao estilo de vida, como a forma como os indivíduos se percebem socialmente e como seus padrões de consumo refletem estilos de vida de alto status. Os resultados sugerem que a percepção da renda relativa e a comparação é o que gera maior satisfação entre os indivíduos.

Outro ponto de destaque é o efeito de políticas públicas de redistribuição de renda. De acordo com Neri (2009), apesar de a região Nordeste ser a mais pobre do Brasil, apresenta níveis elevados de felicidade. Segundo o autor, o aumento da felicidade no Brasil está mais relacionado à migração de pessoas sem renda para faixas de renda mais baixas do que ao

aumento geral da renda. Os resultados mostram que políticas de redistribuição, como o Bolsa Família, têm um efeito significativo para a felicidade geral da nação.

O desemprego também se destaca como uma das principais fontes de efeito negativo na felicidade dos brasileiros. Resultados nacionais reforçam que o desemprego está associado à queda na felicidade que vão além da simples perda monetária (Corbi e Menezes-Filho, 2006). Segundo Ribeiro e Marinho (2017), os desempregados têm uma probabilidade 1,2 vezes menor de estar entre os mais felizes, em relação aos empregados.

Os resultados evidenciam que, em grande parte, o desemprego no Brasil é involuntário. Além disso, de acordo com Pech e Milan (2015), o efeito do desemprego sobre o bem-estar no Brasil é significativamente maior que o efeito da inflação. Isso sugere que a sociedade brasileira está mais disposta a aceitar níveis mais altos de inflação se isso significar taxas menores de desemprego. Assim, políticas de reintegração dos desempregados, assim como para compensar os efeitos negativos do desemprego podem ser adequadas (Clarck e Oswald, 1994). Políticas de proteção ao desempregado, como auxílio-desemprego ou o Bolsa-Família, podem elevar o bem-estar social ao diminuir o peso dado ao desemprego, mesmo que causem aumentos temporários de desemprego (Pech e Milan, 2015).

### 3 METODOLOGIA

Compreender e medir a felicidade é um desafio complexo, pois ela é uma experiência subjetiva que varia de acordo com as características e experiências individuais. Diferentemente de medidas objetivas, como temperatura ou peso, a felicidade não pode ser medida diretamente nem quantificada com precisão. Portanto, a abordagem mais viável é perguntar aos indivíduos sobre seus níveis de felicidade (Veenhoven, 1997). Para este estudo, foram usados os dados autorreportados, de 2018, referentes ao Brasil, da 7ª onda (mais atual) da *World Values Survey* (Haerpfer *et al.*, 2022). Após a apresentação do modelo econométrico, os dados serão detalhados.

Na WVS, a felicidade é classificada em quatro níveis: "Muito feliz" (4), "Feliz" (3), "Infeliz" (2) e "Muito infeliz" (1). É importante observar que esses valores não representam uma interpretação numérica absoluta; eles servem apenas para ordenar os níveis de felicidade. Por exemplo, não faz sentido considerar que ser "Infeliz" tem metade do valor de ser "Muito Feliz". Assim, um modelo de regressão linear que usa tal variável como dependente falharia por tratar o regressando como uma variável cardinal. O método do Probit Ordenado<sup>4</sup> é um modelo adequado e amplamente utilizado para lidar com essa estrutura de dados, permitindo analisar de forma isolada o efeito de cada fator determinante da felicidade (Greene, 2008; Gujarati e Poter, 2011).

O probit ordenado é uma generalização do modelo probit binomial, e pode ser construído a partir da regressão latente:

$$Y_i^* = \beta'X_i + \varepsilon_i$$

em que  $Y^*$  é uma variável latente, representando os níveis de felicidade.  $\beta$  é o vetor de coeficientes,  $X$  é a matriz de variáveis explicativas e  $\varepsilon$  é o termo do erro. A variável latente  $Y^*$ , apesar de não ser observável diretamente, pode ser inferida a partir de variáveis observáveis. Neste estudo, temos:

$$Y = \{1, \text{se } Y^* \leq 0; 2, \text{se } 0 < Y^* \leq \mu_1; 3, \text{se } \mu_1 < Y^* \leq \mu_2 \text{ e } 4, \text{se } Y^* > \mu_2\} \quad (1)$$

---

<sup>4</sup> O modelo probit ordenado é utilizado sob o pressuposto de que os dados seguem uma distribuição normal e que a variável dependente é categórica ordinal. Nesse modelo, a hipótese de linearidade é relaxada, e a estimação dos parâmetros é realizada por meio do método de máxima verossimilhança.

Os valores de  $\mu$  representam os parâmetros de limiar a serem estimados juntamente com os coeficientes  $\beta$ . Conforme explicado por Greene (2008), e adaptando ao estudo, cada entrevistado tem um nível de felicidade que depende de fatores observados ( $X$ ) e de fatores não observados ( $\varepsilon$ ). No entanto, os entrevistados são limitados a responder dentro das categorias fornecidas no questionário. Por exemplo, um indivíduo que responde "muito feliz" pode ser mais feliz que outro que deu a mesma resposta, ou um indivíduo que responde "feliz" pode estar mais próximo de "muito feliz" em comparação com outro respondente. As respostas fornecidas refletem as categorias que mais se aproximam do nível real de felicidade experimentado pelo respondente. Assim, os valores de  $\mu$  funcionam como os limiares que separam as diferentes categorias de resposta.

Supondo que  $\varepsilon$  tem distribuição normal em todas as observações, e normalizando a média e a variância para 1 e 0, teremos as seguintes probabilidades de respostas:

$$Prob[Y = 1 | X] = \Phi(-X'\beta) \quad (2)$$

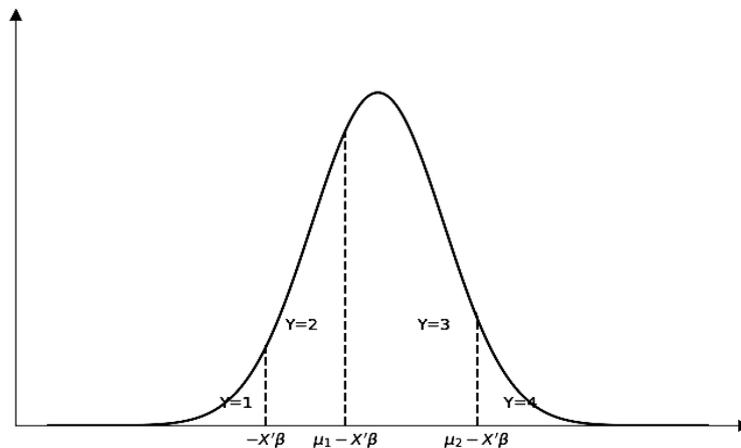
$$Prob[Y = 2 | X] = \Phi(\mu_1 - X'\beta) - \Phi(-X'\beta) \quad (3)$$

$$Prob[Y = 3 | X] = \Phi(\mu_2 - X'\beta) - \Phi(\mu_1 - X'\beta) \quad (4)$$

$$Prob[Y = 4 | X] = 1 - \Phi(\mu_2 - X'\beta) \quad (5)$$

em que  $\Phi$  representa a função de distribuição acumulada da distribuição normal. Como reflexo, obtém-se o gráfico representado na Figura 1:

Figura 1 - Representação Probit Ordenado.



Fonte: Elaboração própria

Um aumento em uma variável correlacionada à felicidade ( $X$ ), mantendo constantes os coeficientes  $\beta$  e os limiares  $\mu$ , resulta em um deslocamento da distribuição da felicidade latente ( $Y^*$ ) para a direita ou para a esquerda, alterando as probabilidades das categorias observadas. No entanto, o efeito nas categorias intermediárias pode ser ambíguo e depende das densidades das distribuições envolvidas. A interpretação dos coeficientes  $\beta$  é complexa, pois eles indicam a direção do efeito sobre  $Y^*$ , mas não diretamente sobre as probabilidades das categorias  $Y$ . Para entender melhor os efeitos, é necessário calcular os efeitos marginais, que permitem analisar como as probabilidades de cada categoria mudam em resposta a uma mudança nos regressores.

Os efeitos marginais podem ser calculados por:

$$\frac{\partial Prob[Y = 1 | X]}{\partial X} = -\beta\Phi(X'\beta) \quad (6)$$

$$\frac{\partial Prob[Y = 2 | X]}{\partial X} = \beta[\Phi(-X'\beta) - \Phi(\mu_1 - X'\beta)] \quad (7)$$

$$\frac{\partial Prob[Y = 3 | X]}{\partial X} = \beta[\Phi(\mu_1 - X'\beta) - \Phi(\mu_2 - X'\beta)] \quad (8)$$

$$\frac{\partial Prob[Y = 4 | X]}{\partial X} = \beta\Phi(\mu_2 - X'\beta) \quad (9)$$

Observamos que é possível obter um valor preciso para as probabilidades das categorias extremas, mas não para as categorias intermediárias. Por exemplo, para  $Y = 3$ , se  $\mu_1 - X'\beta < \mu_2 - X'\beta$ , então  $\Phi(\mu_1 - X'\beta) - \Phi(\mu_2 - X'\beta)$  será negativo; caso contrário, será positivo.

Como mencionado no início deste capítulo, os dados utilizados neste estudo foram integralmente retirados da 7ª onda da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey - WVS*), realizada entre 2017 e 2022. Os dados específicos referentes ao Brasil foram coletados presencialmente entre maio e abril de 2018, com um total de 1.762 entrevistas. Os indivíduos são selecionados aleatoriamente entre as regiões estratificadas. A 7ª onda foi escolhida por ser a mais atualizada do banco de dados, sendo que os dados brasileiros da 6ª onda são de 2014. Após a exclusão da população economicamente inativa e o ajuste dos dados, conforme detalhamento abaixo, a amostra final é composta por 1.105 respondentes.

O questionário da WVS está organizado por temas, e a maioria das questões é categórica, utilizando escalas binárias, de 1 a 4, ou de 1 a 10. Entre os temas relevantes para este trabalho, incluem-se as questões relacionadas à percepção de felicidade, bem-estar e saúde, tratadas entre as questões 46 e 56 do questionário; a situação econômica, incluindo renda e status de emprego, e questões demográficas, como idade, sexo, raça, nível de escolaridade, estado civil e número de filhos, abordados entre as questões 260 e 290.

Devido à sua natureza de corte transversal, os dados do WVS apresentam algumas limitações significativas que devem ser consideradas. A principal restrição é a impossibilidade de estabelecer relações causais, uma vez que os dados são coletados em um único ponto no tempo. Por isso, as análises ficam restritas a investigar correlações entre as variáveis, sem a capacidade de afirmar com certeza a direção dessa relação.

Em conformidade com os estudos discutidos no capítulo anterior, a variável dependente considerada é a felicidade, enquanto as variáveis explicativas incluem: status de emprego, probabilidade de desemprego, renda, raça, nível de escolaridade, idade, estado civil, número de filhos e a importância atribuída ao acesso a benefícios governamentais.

- Em relação à felicidade, o questionário do WVS realiza a seguinte pergunta: “Em geral, o(a) Sr.(a) se considera uma pessoa”, com as opções de resposta: “1: Muito feliz”, “2: Feliz”, “3: Não muito feliz” e “4: Infeliz”. Para facilitar a análise, a ordem das opções de resposta foi invertida para “4: Muito feliz”, “3: Feliz”, “2: Não muito feliz” e “1: Infeliz”.
- A variável relacionada ao desemprego será representada por uma dummy que assume valor 1 se o indivíduo está desempregado e 0 se empregado. Espera-se uma associação negativa entre desemprego e felicidade relatada. Para focar na população ativa, estudantes, aposentados e donas de casa serão excluídos da amostra.
- A preocupação com a possibilidade de emprego ou desemprego é uma variável categórica ordenada, avaliada por meio de uma pergunta sobre o nível de preocupação em ficar desempregado ou não encontrar um emprego, com respostas variando de 1 (nada preocupado) a 4 (muito preocupado). Espera-se que indivíduos mais preocupados em ficar desempregado ou não encontrar um emprego tenham níveis mais baixos de felicidade.
- A renda é medida em uma escala de 1 a 10, em que 1 representa os níveis mais baixos de salários e 10 os níveis mais altos. É um resultado consensual a correlação positiva entre renda e felicidade. No entanto, à medida que a renda aumenta, o efeito de um dólar adicional diminui (Clark, 2018; Frey e Stutzer, 2002). O desemprego reduz a renda, o

que, por vez, reduz a felicidade; assim, incluir a renda como variável de controle é importante ao permitir a análise dos efeitos não pecuniários da renda (*ceteris paribus*). Para essa análise, seria mais relevante considerar a renda individual em vez da renda familiar, uma vez que o indivíduo pode não ser indiferente sobre quem ganha a renda no domicílio (Winkelman e Winkelman; 1998). No entanto, o WVS inclui apenas a renda familiar entre suas variáveis.

- A condição de saúde é uma variável categórica ordenada, avaliada com a pergunta: “Como o(a) Sr.(a) julga sua saúde atual?”, com opções de resposta: “5 Muito boa”, “4 Boa”, “3 Razoável”, “2 Ruim” e “1 Muito ruim”. Espera-se que indivíduos com respostas mais baixas sobre sua saúde também relatem níveis mais baixos de felicidade. Clark (2018) alerta que quando a saúde é medida por meio de autoavaliação, como é no WVS, os dados podem ser contaminados pelo humor do entrevistado, ou qualquer outro fator oculto que pode afetar tanto a saúde relatada quanto o bem-estar.
- Com relação à idade, estudos indicam uma relação em forma de U entre bem-estar subjetivo e idade (Cheng, Powdthavee e Oswald., 2017). Esse efeito também é observado em relação aos danos do desemprego no bem-estar para diferentes idades (Winkelman e Winkelman, 1998). Para capturar os possíveis efeitos não lineares, a idade ao quadrado será incluída no modelo.
- Os grupos raciais são categorizados como “1 Branco”, “2 Negro”, “3 Moreno ou pardo”, “4 Oriental: chinês, japonês etc”, “5 Indígena” e “6 Outros”. As probabilidades serão analisadas em relação à população branca.
- A variável relacionada ao sexo é representada por uma dummy com valor 1 indicando sexo masculino.
- O estado civil é categorizado como “1 Casado”, “2 Morando Junto”, “3 Divorciado”, “4 Separado”, “5 Viúvo” e “6 Solteiro”. As probabilidades serão analisadas em relação aos solteiros.
- A escolaridade do entrevistado é organizada em categorias: “0. Não frequentou a escola/pré-escola”, “1. 1ª a 4ª série - Primário”, “2. 5ª a 8ª. série – Ginásio”, “3. Ensino Médio (Antigo 2º Grau/científico)”, “6. Educação superior (Graduação, Bacharelado, Lic.)”, “7. Mestrado” e “8. Doutorado”. Indivíduos que cursaram apenas o primário serão a base de comparação para os resultados.
- O número de filhos é reportado diretamente pelo entrevistado, com 0 indicando a ausência de filhos.

- A importância do acesso a benefícios do governo é medida por uma pergunta sobre a importância de receber seguro-desemprego em uma democracia, com respostas variando de 0 (não é importante em uma democracia) a 10 (é extremamente importante em uma democracia).

## 4 RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa, organizados em duas seções: a análise descritiva dos dados e os resultados da regressão. Na primeira seção, busca-se fornecer uma visão geral das características do banco de dados utilizado, oriundo da *World Values Survey*, 7ª onda. A análise descritiva identifica padrões e tendências relevantes sobre a relação entre desemprego e felicidade no Brasil. O objetivo é contextualizar os dados, destacando diferenças demográficas e sociais que fundamentam a investigação.

Na segunda seção, os resultados da regressão são analisados utilizando o método probit ordenado. Essa abordagem permite investigar a relação entre desemprego e felicidade relatada, isolando o efeito das demais variáveis. Os efeitos marginais são calculados para oferecer uma compreensão mais detalhada de como as mudanças nas variáveis explicativas influenciam a probabilidade de estar em diferentes níveis de felicidade.

### 4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A presente seção tem por objetivo realizar uma análise descritiva dos dados da *World Values Surveys*, 7ª onda, com foco na relação entre desemprego e felicidade no Brasil. A análise tem como intuito compreender a distribuição das variáveis, identificar padrões iniciais e fornecer uma base para a posterior análise econométrica. Além disso, ao explorar as características sociais e demográficas dos respondentes, é possível observar como diferentes grupos populacionais experimentam o desemprego e a felicidade, oferecendo sugestões preliminares sobre potenciais padrões de relação entre as variáveis.

A partir dos dados, algumas tabelas e gráficos foram criados com o objetivo de explorar a interação do desemprego e da felicidade com as demais variáveis. A Tabela 1 apresenta a distribuição de frequência da felicidade relatada: a maioria dos entrevistados considera-se "Feliz" (62,81%) ou "Muito feliz" (27,69%). A proporção de indivíduos que se classificam como "Muito infelizes" é extremamente reduzida, totalizando apenas sete respondentes (0,63%), o que pode dificultar a capacidade de análise dessa categoria. Comparando esses resultados com os obtidos por Corbi e Menezes-Filho (2006), que analisaram os dados da *WVS* entre 1995 e 1997, observa-se uma melhora nos níveis auto relatados de felicidade. Naquele período, 2,2% dos entrevistados se declaravam "Muito infelizes", enquanto a soma dos que se

consideravam "Felizes" ou "Muito felizes" aumentou de 82,8% para 90,5% na *WVS* 7ª onda. Esse avanço indica uma melhora na percepção de felicidade entre os brasileiros ao longo das últimas décadas, aproximando os resultados atuais dos patamares observados em países de maior renda per capita no período analisado por Corbi e Menezes-Filho, como Japão (92%) e Estados Unidos (94%).

Tabela 1 - Distribuição de Frequência: Felicidade Relatada - Brasil - 2018

<b>Felicidade Relatada</b>	<b>Freq</b>	<b>%</b>
<b>Muito Infeliz</b>	7	0,63
<b>Infeliz</b>	98	8,87
<b>Feliz</b>	694	62,81
<b>Muito Feliz</b>	306	27,69
<b>Total</b>	1105	100

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

A Tabela 2 mostra a distribuição do status de emprego na amostra: a maioria dos respondentes está empregada (827 indivíduos, 74,84%), enquanto 278 indivíduos (25,16%) encontram-se desempregados. A taxa de desemprego observada na amostra é significativamente superior à registrada na população brasileira total, que foi de 6,4% no trimestre encerrado em setembro de 2024 (IBGE, 2024). Isso sugere que os dados têm boa representatividade da população desempregada, possibilitando uma análise mais detalhada dos efeitos do desemprego.

Tabela 2 - Distribuição de Frequência: Status de Emprego - Brasil - 2018

<b>Status de Emprego</b>	<b>Freq</b>	<b>%</b>
<b>Empregado</b>	827	74,84
<b>Desempregado</b>	278	25,16
<b>Total</b>	1105	100

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

A Tabela 3 exibe a distribuição do status de emprego entre os diferentes níveis de felicidade auto relatada, apresentando as proporções de indivíduos empregados e desempregados dentro de cada categoria de felicidade, permitindo uma visão inicial sobre diferenças entre esses grupos. Os dados sugerem uma associação negativa entre o desemprego e a felicidade, evidenciando que indivíduos empregados tendem a relatar níveis mais elevados de felicidade em comparação aos desempregados. Entre aqueles que se declararam “muito infelizes”, 57% estão empregados e 43% estão desempregados, ao passo que, entre os que se

consideram “muito felizes”, a grande maioria (80%) está empregada, enquanto apenas 20% estão desempregados.

Tabela 3 - Tabela de Contingência: Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Felicidade Relatada/ Status de Emprego</b>	<b>Muito Infeliz</b>	<b>Infeliz</b>	<b>Feliz</b>	<b>Muito Feliz</b>	<b>Total</b>
<b>Empregado</b>	57,14%	61,22%	74,50%	80,39%	827
<b>Desempregado</b>	42,86%	38,78%	25,50%	19,61%	278
<b>Total</b>	7	98	694	306	1105

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

As Tabelas 4 a 11 exploram a porcentagem de diversas variáveis sociais e demográficas dentro dos níveis de felicidade autorrelatados e dos status de emprego. A Tabela 4 apresenta a preocupação dos indivíduos em relação à possibilidade de perder ou não conseguir um emprego. A preocupação é mais acentuada entre os desempregados. Observa-se uma tendência de aumento na proporção de pessoas desempregadas, concomitante a uma diminuição na proporção de empregados, à medida que os níveis de preocupação aumentam.

Tabela 4 - Preocupações com desemprego: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Preocupações com o desemprego</b>	<b>Muito Infeliz (%)</b>	<b>Infeliz (%)</b>	<b>Feliz (%)</b>	<b>Muito Feliz (%)</b>	<b>Empregado (%)</b>	<b>Desempregado (%)</b>	<b>Total (n)</b>
<b>1</b>	2	7	58	33	86,14	13,86	101
<b>2</b>	0	4,48	61,94	33,58	85,29	14,71	136
<b>3</b>	0,36	10,11	64,26	25,27	78,42	21,58	278
<b>4</b>	0,68	9,69	63,27	26,36	68,81	31,19	590

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

Esses dados sugerem um alto nível de incerteza e insegurança em relação ao mercado de trabalho, podendo indicar uma baixa incidência de desemprego voluntário. Ainda, observa-se que 868 indivíduos (78,55% da amostra) apresentam preocupações nos níveis mais elevados (3 ou 4), reforçando a percepção de que a estabilidade no emprego é uma questão central para grande parte dos respondentes.

A associação observada entre o desemprego e a felicidade indicam que o desemprego contribui para menores níveis de felicidade, ou que indivíduos menos felizes enfrentem maiores dificuldades para se manter no mercado de trabalho. A Tabela 4 aponta uma elevada preocupação com a possibilidade de perder ou não conseguir um emprego, especialmente entre os desempregados. Embora essa preocupação aparentemente não esteja diretamente associada

à felicidade relatada, um ambiente de insegurança e instabilidade profissional pode gerar estresse e ansiedade, especialmente entre os desempregados. Isso pode levar a uma diminuição do bem-estar subjetivo (Knabe e Ratzel; 2010).

Em relação à variável renda, a Tabela 5 indica uma tendência de aumento na proporção de indivíduos que se declaram “felizes” ou “muito felizes” conforme a faixa de renda cresce. Por exemplo, a proporção média de indivíduos que se consideram “muito felizes” nas primeiras 4 faixas de renda é de 26,44%, enquanto para as últimas faixas de renda, a média das proporções sobe pra 40,63%<sup>5</sup>. A proporção de indivíduos nas classes “infelizes” e “muito infelizes” também decresce à medida que a renda sobe. Observa-se que só existem indivíduos que se declaram muito infelizes nas faixas 1, 4 e 5 de renda.

Tabela 5 - Escala de Rendimentos: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Escala de Rendimentos</b>	<b>Muito Infeliz (%)</b>	<b>Infeliz (%)</b>	<b>Feliz (%)</b>	<b>Muito Feliz (%)</b>	<b>Empregado (%)</b>	<b>Desempregado (%)</b>	<b>Total (n)</b>
<b>1</b>	2,4	11,98	65,87	19,76	50,9	49,1	167
<b>2</b>	0	10,47	53,49	36,05	73,26	26,74	86
<b>3</b>	0	8,5	67,32	24,18	78,43	21,57	153
<b>4</b>	0,61	7,98	65,64	25,77	80,37	19,63	163
<b>5</b>	0,4	5,67	65,18	28,74	82,59	17,41	247
<b>6</b>	0	9,38	67,71	22,92	84,38	15,63	96
<b>7</b>	0	16,44	43,84	39,73	82,19	17,81	73
<b>8</b>	0	2,78	52,78	44,44	77,78	22,22	36
<b>9</b>	0	0	66,67	33,33	33,33	66,67	3
<b>10</b>	0	15	40	45	85	15	20

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

Os dados estão em consonância com estudos prévios envolvendo o tema (por exemplo, Corbi e Menezes-Filho, 2006; Ribeiro e Marinho, 2017), sugerindo uma possível associação positiva entre renda e felicidade. No entanto, é importante notar que as proporções estão distribuídas de forma não homogênea, apresentando irregularidades em algumas faixas de renda. Por exemplo, as faixas 7 e 10 apresentam um número elevado de pessoas muito felizes (39,73% e 45%), e ao mesmo tempo a maior proporção de indivíduos infelizes (16,44% e 15%).

A não homogeneidade da distribuição sugere que, embora a renda esteja associada à felicidade, outros fatores podem influenciar essa relação em diferentes níveis de renda. Por

---

<sup>5</sup> As proporções são obtidas somando as porcentagens das quatro primeiras ou das quatro últimas faixas de renda, e dividindo por quatro.

exemplo, as taxas mais elevadas de infelizes dentro das faixas altas de renda (7 e 10), podem indicar que outros fatores como pressão profissional, isolamento e expectativas sociais, podem estar influenciando os níveis relatados de felicidade.

A relação entre status de emprego e renda revela que a proporção de indivíduos desempregados diminui à medida que a renda aumenta. Nas faixas de renda mais baixas (1 e 2), as taxas de emprego são de 51% e 73%, respectivamente, enquanto nas faixas intermediárias (5 e 6), esses valores sobem para 83% e 84%, evidenciando uma associação positiva entre estar empregado e possuir uma renda maior. Na faixa de renda mais alta (10), a taxa de emprego também se mantém elevada, atingindo 85%. Um ponto discrepante é a faixa de renda 9, onde 67% dos indivíduos estão desempregados. Esse desvio, no entanto, pode ser atribuído ao reduzido tamanho amostral dessa categoria (apenas três indivíduos), tornando a interpretação menos robusta.

A Tabela 6 apresenta a relação entre estado de saúde subjetivo, felicidade e status de emprego. Os dados evidenciam que a percepção da própria saúde está associada aos níveis de felicidade. Observa-se que, à medida que a avaliação da saúde melhora, aumenta significativamente a proporção de indivíduos que se declaram felizes ou muito felizes, enquanto a parcela dos que se consideram infelizes ou muito infelizes diminui. Por exemplo, entre os indivíduos com a segunda pior classificação de saúde, apenas 11,11% se consideram muito felizes, ao passo que esse percentual sobe para 52% entre aqueles que relatam estar na melhor condição de saúde.

Tabela 6 - Saúde: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

Saúde (Subjetivo)	Muito Infeliz (%)	Infeliz (%)	Feliz (%)	Muito Feliz (%)	Empregado (%)	Desempregado (%)	Total (n)
1	16,67	50	16,67	16,67	83,33	16,67	6
2	5,56	19,44	63,89	11,11	52,78	47,22	36
3	0,76	18,32	65,27	15,65	70,23	29,77	262
4	0,18	6,02	70,26	23,54	76,28	23,72	548
5	0,40	2	45,6	52	80	20	250

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

Da mesma forma, a relação entre estado de saúde subjetivo e status de emprego também é evidenciada. Conforme a percepção da saúde melhora, a taxa de desemprego diminui. Enquanto 47,22% dos indivíduos com a segunda pior classificação de saúde estão desempregados, essa proporção cai para 20% entre aqueles que relatam a melhor condição de saúde. É importante observar que existem possíveis distorções causadas pelo pequeno número

de respondentes na pior faixa de saúde. Nesse grupo, 83,33% dos indivíduos estão empregados, porém o baixo número de respondentes torna esse percentual distorcido e pouco confiável.

Em relação ao sexo, a Tabela 7 apresenta uma distribuição equilibrada entre os sexos, composta por 519 mulheres (47%) e 586 homens (53%). A análise dos dados revela que não há diferenças substanciais nas taxas de emprego e desemprego entre os dois grupos, com 28,9% das mulheres e 21,8% dos homens encontrando-se desempregados. Esses números sugerem que, dentro da amostra, ambos os sexos enfrentam condições semelhantes de participação no mercado de trabalho.

Tabela 7 - Sexo: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Sexo</b>	<b>Muito Infeliz (%)</b>	<b>Infeliz (%)</b>	<b>Feliz (%)</b>	<b>Muito Feliz (%)</b>	<b>Empregado (%)</b>	<b>Desempregado (%)</b>	<b>Total (n)</b>
<b>Feminino</b>	0,96	9,44	62,43	27,17	71,1	28,9	519
<b>Masculino</b>	0,34	8,36	63,14	28,16	78,16	21,84	586

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

Uma situação similar é observada para os níveis relatados de felicidade. Entre as mulheres, 27,17% afirmam estar "muito felizes", enquanto entre os homens esse percentual é de 28,16%. A parcela de indivíduos que se declara "muito infeliz" é reduzida e praticamente equivalente entre os sexos, sendo de 0,96% entre as mulheres e 0,34% entre os homens. Esses resultados indicam que homens e mulheres apresentam níveis comparáveis de bem-estar emocional dentro da amostra, sugerindo uma relativa paridade na percepção de felicidade.

Os dados sobre grupos étnicos, apresentados na Tabela 8, também não indicam um padrão específico de relação com os níveis de felicidade. Isso sugere que, dentro da amostra, brancos, negros e pardos relatam níveis comparáveis de felicidade. Em relação ao status de emprego, observa-se que a proporção de desempregados entre os indivíduos brancos é menor que entre os outros grupos étnicos. Esse dado sugere que esse grupo possui maiores chances de acesso ao mercado de trabalho em comparação aos negros e pardos. A análise dos orientais e indígenas deve ser interpretada com cautela, devido ao número pequeno de respondentes nessas categorias (11 orientais e 6 indígenas), o que limita a confiabilidade das conclusões para esses dois grupos.

Tabela 8 - Grupo Racial: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Grupo Racial</b>	<b>Muito Infeliz (%)</b>	<b>Infeliz (%)</b>	<b>Feliz (%)</b>	<b>Muito Feliz (%)</b>	<b>Empregado (%)</b>	<b>Desempregado (%)</b>	<b>Total (n)</b>
<b>Branco</b>	0,67	8,28	66,44	24,61	80,54	19,46	447
<b>Negro</b>	1,2	6,59	61,68	30,54	70,66	29,34	167
<b>Pardo</b>	0,42	10,57	59,2	29,81	71,46	28,54	473
<b>Oriental</b>	0	0	81,82	18,18	63,64	36,36	11
<b>Indigena</b>	0	0	60	40	60	40	5

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

Diferentemente do que foi observado em relação aos grupos raciais e ao sexo, os dados da Tabela 9 evidenciam um padrão na associação entre estado civil e felicidade relatada. Indivíduos casados e aqueles em união estável apresentam os maiores níveis de felicidade, com 93,15% e 93,30%, respectivamente, classificando-se como "felizes" ou "muito felizes". Os solteiros relatam níveis de felicidade inferiores aos casados e aos que vivem em união estável (89,84%), mas apresentam uma taxa mais elevada do que os separados e divorciados, onde 84,00% e 84,09%, respectivamente, declaram-se "felizes" ou "muito felizes".

Tabela 9 - Estado Civil: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Estado Civil</b>	<b>Muito Infeliz (%)</b>	<b>Infeliz (%)</b>	<b>Feliz (%)</b>	<b>Muito Feliz (%)</b>	<b>Empregado (%)</b>	<b>Desempregado (%)</b>	<b>Total (n)</b>
<b>Casados</b>	0,27	6,58	61,1	32,05	82,19	17,81	365
<b>União Estavel</b>	0	6,70	64,8	28,49	74,86	25,14	179
<b>Divorciados</b>	4	12	50	34	82	18	50
<b>Separados</b>	2,27	13,64	69,32	14,77	69,32	30,68	88
<b>Viúvos</b>	2,56	15,38	61,54	20,51	71,79	28,21	39
<b>Solteiros</b>	0,26	9,9	63,80	26,04	68,49	31,51	384

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

Embora os divorciados possuam a maior proporção de indivíduos "muito felizes" (34%), também apresentam uma elevada taxa de infelicidade, com 12% relatando-se "infelizes" e 4% "muito infelizes". O grupo com os menores níveis de felicidade é o dos viúvos: 82,05% afirmam estar "felizes" ou "muito felizes", mas com uma proporção relativamente alta de indivíduos "infelizes" (15,38%) e "muito infelizes" (2,56%). Esses padrões sugerem que a estabilidade nas relações conjugais pode estar associada a um maior bem-estar subjetivo, enquanto eventos como separação, divórcio e viuvez parecem estar relacionados a níveis mais elevados de infelicidade.

Em relação à empregabilidade, os dados não revelam um padrão claro entre estado civil e situação no mercado de trabalho, uma vez que grupos com características semelhantes apresentam variações significativas nas taxas de desemprego. Indivíduos casados e divorciados apresentam as menores proporções de desempregados, com 17,81% e 18%, respectivamente. Aqueles em união estável e os viúvos registram taxas de desemprego próximas (25,14% e 28,21%, respectivamente). As maiores proporções de desempregados foram observadas entre os solteiros (31,51%) e os separados (30,68%).

No que se refere à escolaridade, a Tabela 10 aponta que indivíduos com maior nível de instrução tendem a apresentar taxas mais elevadas de felicidade, enquanto aqueles com menor escolaridade registram índices mais altos de infelicidade. Observa-se um aumento na proporção de indivíduos "muito felizes" à medida que a escolaridade cresce, passando de 17,24% entre os sem instrução para 30,15% entre os graduados. Da mesma forma, a taxa de indivíduos que se declaram infelizes diminui com o avanço educacional, reduzindo-se de 13,79% entre aqueles sem escolaridade para 7,2% entre os que possuem Ensino Médio completo. Em exceção, entre os graduados, a taxa de indivíduos que se consideram "infelizes" é ligeiramente superior à observada entre aqueles com Ensino Médio completo, alcançando 10,05%.

Tabela 10 - Escolaridade: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Escolaridade</b>	<b>Muito Infeliz (%)</b>	<b>Infeliz (%)</b>	<b>Feliz (%)</b>	<b>Muito Feliz (%)</b>	<b>Empregado (%)</b>	<b>Desempregado (%)</b>	<b>Total (n)</b>
<b>Sem estudo</b>	0	13,79	68,97	17,24	65,52	34,48	29
<b>Anos iniciais do EF</b>	1,99	11,92	63,58	22,52	66,89	33,11	151
<b>Anos Finais do EF</b>	0	8,33	63,24	28,43	66,18	33,82	204
<b>Ensino Medio</b>	0,4	7,2	64,6	27,8	77,2	22,8	500
<b>Graduação</b>	0,5	10,05	59,3	30,15	85,93	14,0	199
<b>Mestrado</b>	25	0	25	50	100	0	4
<b>Doutorado</b>	0	0	25	75	100	0	4

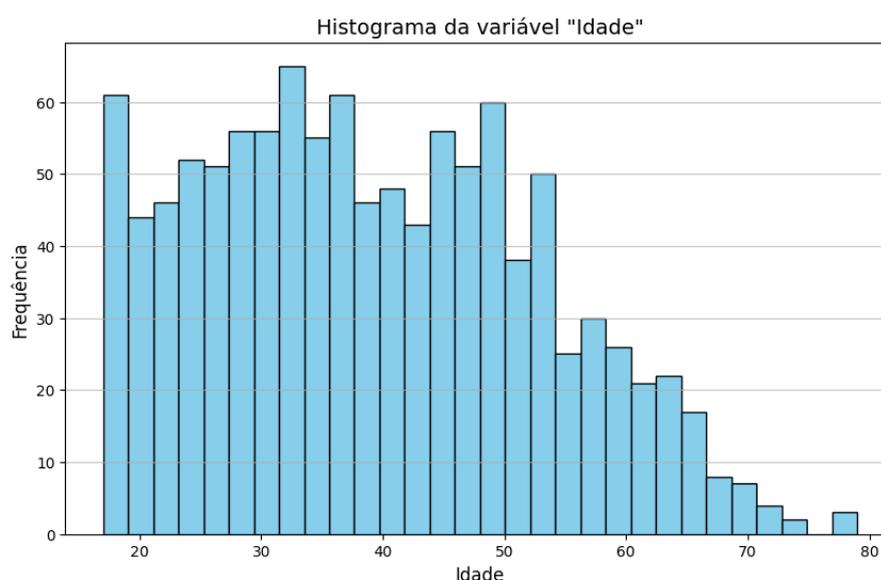
Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

Além da relação com a felicidade, os dados também indicam uma associação direta entre escolaridade e acesso ao mercado de trabalho. Enquanto 34,48% dos indivíduos sem instrução encontram-se desempregados, essa taxa cai para 14,07% entre os graduados e atinge 0% entre mestres e doutores. Cabe mencionar que os dados referentes a mestres e doutores apresentam valores atípicos, possivelmente devido ao reduzido número de observações nesses grupos

(apenas quatro indivíduos em cada categoria), o que limita a confiabilidade das conclusões para esses grupos.

A distribuição etária também pode influenciar as análises de desemprego e felicidade, uma vez que diferentes faixas etárias podem apresentar padrões distintos em relação ao mercado de trabalho e ao bem-estar subjetivo. A figura 2 apresenta a distribuição etária da amostra, destacando que a maioria dos indivíduos tem entre 17 e 44 anos. A média de idade da amostra é de 39,22 anos, com um mínimo de 17 anos e um máximo de 79 anos. A partir dos 45 anos, observa-se uma redução progressiva no número de indivíduos, com um contingente bastante reduzido na faixa etária entre 66 e 79 anos.

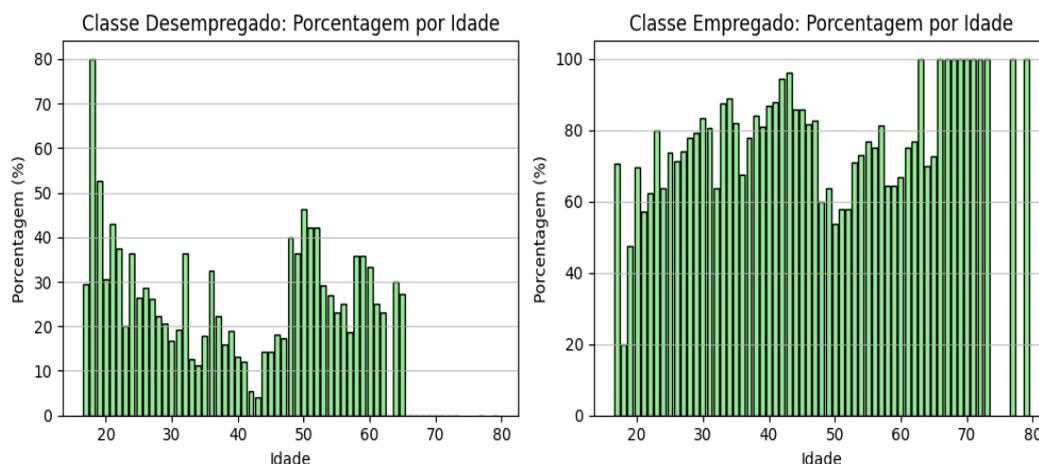
Figura 2 - Histograma da Idade.



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS 7ª* onda.

A figura 3 ilustra a relação entre idade e situação no mercado de trabalho. O número de indivíduos desempregados é alto entre os mais jovens e diminui gradativamente até atingir o valor mínimo aos 43 anos. A partir dessa idade, a taxa de desemprego volta a subir, atingindo porcentagens elevadas entre os 49 e 62 anos. Dificuldades de inserção no mercado formal, menor experiência profissional e menor preocupação com o mercado de trabalho entre os mais jovens, e desafios de recolocação no mercado ou dificuldades de adaptação às exigências do mercado entre os mais velhos são hipóteses para explicar esse padrão não linear de interação entre desemprego e idade.

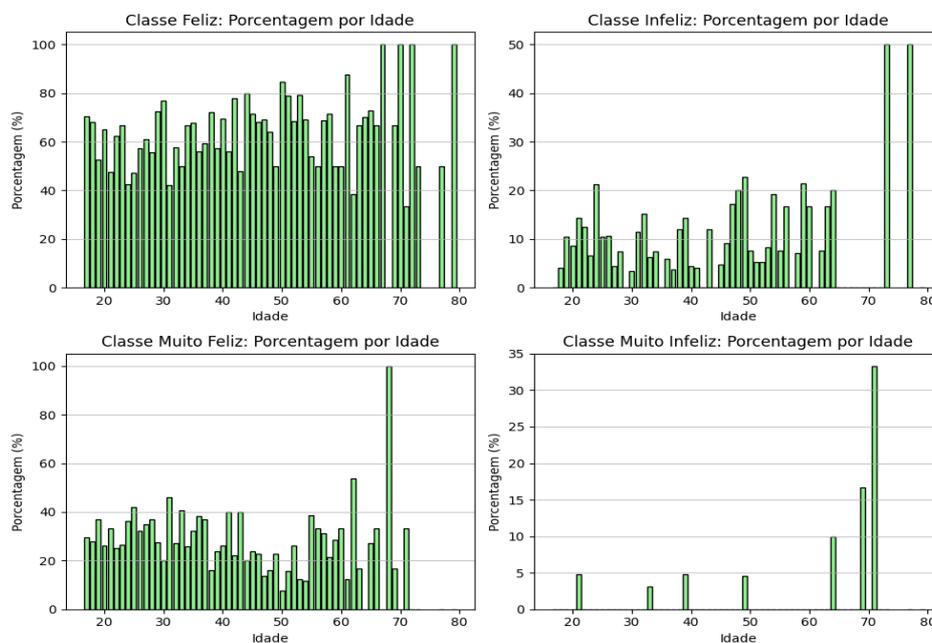
Figura 3 - Porcentagem de Empregados e Desempregados por idade.



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda.

A figura 4 apresenta a distribuição dos níveis de felicidade por idade. Não se observa um padrão claro entre idade e felicidade. É importante destacar que as taxas de desemprego e os níveis de felicidade nas faixas etárias mais avançadas podem estar distorcidos devido ao número reduzido de respondentes nessas categorias, o que exige cautela na interpretação das faixas mais altas de idade.

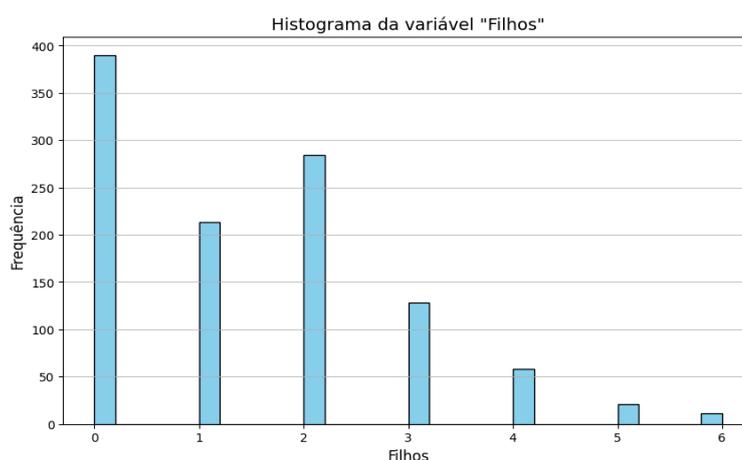
Figura 4 - Porcentagem das classes de felicidade por idade.



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda

O número de filhos também é um importante fator na análise do status de emprego e da felicidade relatada. A figura 5 contém um histograma da quantidade de filhos por pessoa. Conforme apresentado, a maioria das pessoas na amostra não tem filhos, e entre aqueles que têm, a maioria tem dois filhos. A proporção de indivíduos diminui progressivamente à medida que o número de filhos aumenta, e poucas pessoas têm cinco ou seis filhos. Observações com mais de seis filhos foram identificadas como outliers e, por isso, excluídas da amostra.

Figura 5 - Histograma do Número de Filhos por Pessoa.



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS* 7ª onda

No que diz respeito ao emprego, A figura 6 exibe a porcentagem de empregados e desempregados por número de filhos. A menor taxa de desemprego é registrada entre aqueles com dois filhos (20,42%). A partir de três filhos, a taxa de desemprego cresce progressivamente, atingindo 42,86% entre os que têm cinco filhos e 45,45% entre os que têm seis. Uma hipótese para esse padrão é que um ou dois filhos pode aumentar a preocupação com o emprego, levando a uma taxa mais baixa de desemprego. Porém, um número maior de filhos pode estar associado a dificuldades de inserção ou permanência no mercado de trabalho, possivelmente devido ao aumento das responsabilidades familiares e desafios na conciliação entre vida profissional e pessoal.

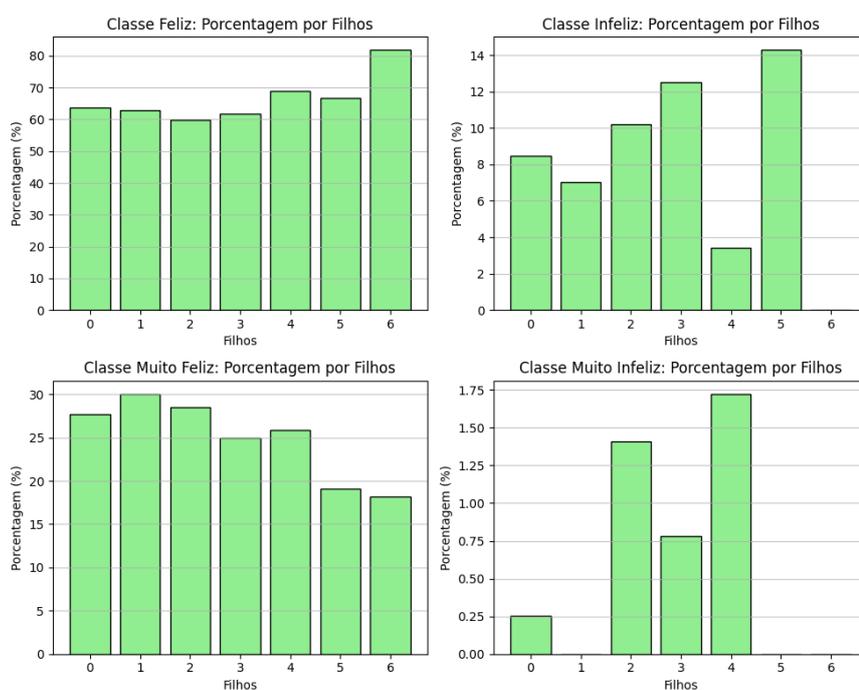
Figura 6 - Percentagem de Empregados e Desempregados por número de Filhos.



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS 7ª* onda

Quanto à relação entre número de filhos e felicidade, os dados indicam que a felicidade tende a ser maior entre indivíduos com menos filhos, embora a relação não seja estritamente linear. A figura 7 exibe a distribuição dos níveis de felicidade por número de filhos. A proporção de pessoas que se declaram “Muito Felizes” se mantém relativamente estável entre 27,5% e 30% para aqueles com até dois filhos, sendo maior entre os que têm um filho (30,05%). A partir de três filhos, essa percentagem começa a diminuir, alcançando os menores valores entre os que têm seis filhos (18,18%).

Figura 7 - Percentagem das classes de felicidade por número de filhos.



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da *WVS 7ª* onda

O percentual de indivíduos classificados como “Infelizes” e “Muito Infelizes” aumenta conforme cresce o número de filhos, passando de 8,72% entre aqueles sem filhos para 14,29% entre os que têm cinco filhos. Uma exceção a essa tendência ocorre entre os que têm quatro e seis filhos, para os quais a soma dessas categorias é menor (5,17% e 0%, respectivamente).

Por fim, a Tabela 11 apresenta a relação entre a importância atribuída ao seguro-desemprego, a felicidade e o status de emprego. Não se observa um padrão claro entre a percepção da importância do auxílio-desemprego e os níveis de felicidade ou status de emprego, uma vez que as porcentagens parecem estar distribuídas de maneira aleatória entre os diferentes níveis de importância. No entanto, destaca-se que a maior concentração de respondentes se encontra no nível mais alto de importância (543 indivíduos), correspondendo a 54% da amostra. Isso indica que a maioria dos participantes considera o seguro-desemprego como muito importante, destacando sua relevância e valorização como um mecanismo de proteção social e estabilidade financeira, tanto entre empregados quanto desempregados.

Tabela 11 – Importância do Auxílio Desemprego: Distribuição de Porcentagem em Felicidade e Desemprego - Brasil - 2018

<b>Importancia do Auxilio Desemprego</b>	<b>Muito Infeliz (%)</b>	<b>Infeliz (%)</b>	<b>Feliz (%)</b>	<b>Muito Feliz (%)</b>	<b>Empregado (%)</b>	<b>Desempregado (%)</b>	<b>Total (n)</b>
0	0	0	60	40	80	20	5
1	0	1,11	62,22	36,67	75,56	24,44	90
2	0	0	66,67	33,33	66,67	33,33	12
3	0	8,33	50	41,67	83,33	16,67	12
4	0	10,71	67,86	21,43	89,29	10,71	28
5	0	11,03	60,29	28,68	79,41	20,59	136
6	2,13	4,26	68,09	25,53	82,98	17,02	47
7	0	8,62	55,17	36,21	77,59	22,41	58
8	0	12,77	68,09	19,15	68,09	31,91	47
9	0	0	57,14	42,86	68,57	31,43	35
10	0,55	10,20	62,84	26,41	73,22	26,78	549

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da WVS 7ª onda

Os dados analisados revelaram padrões relevantes, proporcionando descobertas iniciais que se alinham em grande parte com a literatura (ver Clarck, 2018; Diener, Lucas e Oishi, 2018; Nikolova e Graham, 2020). Observamos associações positivas mais evidentes entre variáveis como renda, desemprego e saúde com a felicidade, enquanto variáveis como sexo, raça e educação apresentaram relações mais fracas com o bem-estar subjetivo. É importante

destacar que, mesmo variáveis que inicialmente não evidenciaram um padrão claro - como a idade - podem revelar correlações significativas quando submetidas a uma análise mais robusta.

É possível observar que existe uma correlação cruzada, por exemplo, entre renda, status de emprego e felicidade. Assim, pode ser que, por exemplo, o desemprego afete a renda, a qual, por sua vez, influencia a felicidade, ou que a saúde afete as oportunidades de emprego ao mesmo tempo que reduz a felicidade, influenciando a felicidade relatada dos desempregados. A aplicação de uma abordagem econométrica permitirá isolar os efeitos do desemprego dos demais fatores.

Além disso, a análise econométrica permitirá uma visão mais formal e robusta, permitindo avaliar a magnitude e a significância das relações entre as variáveis, além de identificar correlações que não foram captadas na análise exploratória. Assim, a seção seguinte tem como objetivo explorar os resultados econométricos. Essa abordagem proporcionará uma interpretação mais precisa e robusta dos efeitos isolados de cada variável, contribuindo para a identificação de padrões específicos.

## **4.2 RESULTADOS DA REGRESSÃO**

Após a análise descritiva dos dados, que permitiu identificar padrões iniciais nas relações entre felicidade, desemprego e outras variáveis relevantes, esta seção apresenta e analisa os resultados da estimação econométrica utilizando o modelo Probit Ordenado. O objetivo é avaliar de forma mais precisa e robusta o efeito isolado do desemprego e das demais variáveis no bem-estar subjetivo dos brasileiros. A análise busca aprofundar a compreensão sobre os efeitos do desemprego e de outras variáveis sobre a felicidade, oferecendo uma base empírica para avaliar padrões e particularidades do contexto brasileiro.

O Probit Ordenado possibilita medir a significância estatística de cada variável dentro do modelo, permitindo uma interpretação mais formal das associações entre as variáveis e a felicidade. Além disso, essa abordagem permite isolar o efeito do desemprego dos demais fatores correlacionados, como renda e saúde, fornecendo uma visão mais clara sobre sua relação específica com os níveis de felicidade.

Algumas limitações devem ser consideradas. Conforme discutido na seção de Metodologia, devido à natureza transversal dos dados, o modelo não permite inferências causais, apenas associações estatísticas. Além disso, no Probit Ordenado, as categorias

intermediárias da variável dependente podem apresentar certa ambiguidade interpretativa, tornando mais precisas as estimativas para os extremos da escala de felicidade.

O conjunto de dados utilizado na análise apresenta algumas observações com valores ausentes, resultando em um total de 960 observações disponíveis para a estimação do modelo. Para mitigar problemas de multicolinearidade, a variável idade foi centralizada em torno de sua média inteira (39 anos), e a variável idade ao quadrado foi recalculada com base nessa transformação.

Como é possível observar na tabela 12, o modelo Probit Ordenado apresentou um Pseudo R<sup>2</sup> de 0,1221, o que indica que aproximadamente 12,21% da variação nos níveis de felicidade é explicada pelo conjunto de variáveis incluídas no modelo. Esse é um valor razoável para um modelo que busca explicar fenômenos subjetivos, como a felicidade. Segundo Ferrer-i-Carbonell e Frijters (2004) modelos envolvendo felicidade raramente ultrapassam Pseudo R<sup>2</sup> de 0,15, mesmo com grandes conjuntos de dados. O teste de significância global do modelo, representado pelo valor  $\text{Prob} > \chi^2 \approx 0$ , confirma que o conjunto de variáveis explicativas têm efeito estatisticamente significativo sobre a variável dependente.

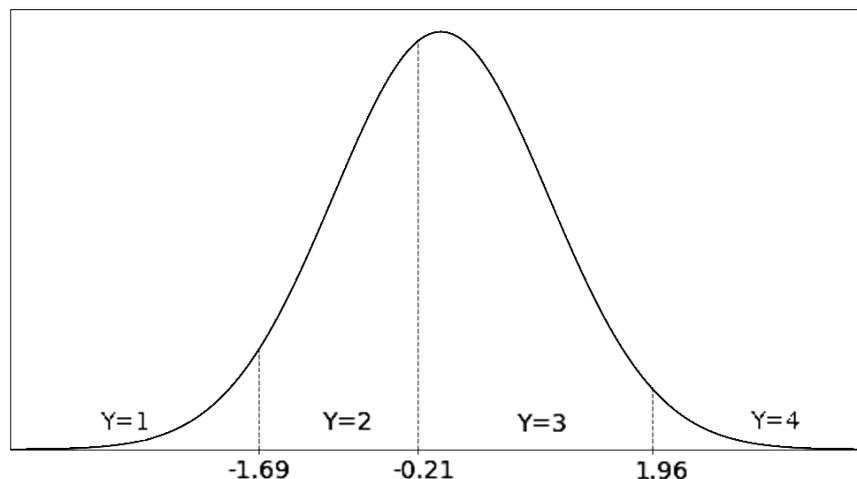
Tabela 12 - Qualidade de Ajuste da regressão

<b>Regressão Probit Ordenado</b>	
Number of obs	960
LR chi2(46)	206,87
Prob > chi2	0
Pseudo R2	0,1221

Fonte: Elaboração Própria

A análise dos limites do modelo fornece informações relevantes sobre a distribuição das categorias da variável dependente. A figura 8 ilustra essa distribuição de probabilidades, enquanto a tabela 13 apresenta os valores numéricos associados a cada nível de felicidade. Os coeficientes /cut1, /cut2 e /cut3 representam os pontos de corte que separam as diferentes categorias de felicidade. A partir desses valores, é possível estimar a probabilidade de um indivíduo pertencer a cada uma das categorias.

Figura 8 - Distribuição De Probabilidades



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 13 - Distribuição De Probabilidades

	<b>Probabilidade (%)</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>P-Valor</b>
<b><i>Prob</i>[Y = 1]</b>	0,13	0	0,25
<b><i>Prob</i>[Y = 2]</b>	6,05	0,02	0,01
<b><i>Prob</i>[Y = 3]</b>	67,59	0,04	0
<b><i>Prob</i>[Y = 4]</b>	26,23	0,06	0

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com os resultados, a probabilidade de um indivíduo ao acaso se declarar "muito infeliz" é de apenas 0,13%. No entanto, essa estimativa não é estatisticamente significativa, possivelmente devido ao número reduzido de observações nessa categoria, o que dificulta uma interpretação confiável dessa categoria. A probabilidade de um indivíduo se considerar "feliz" é de 67,59%, enquanto a de se considerar "muito feliz" é de 26,23%. Dessa forma, observa-se que a grande maioria dos entrevistados (93,82%) se enquadra nas duas categorias superiores de felicidade, corroborando a análise dos dados, que apontam uma tendência positiva da felicidade no Brasil, indicando proximidade dos resultados ao de países mais desenvolvidos.

Na interpretação das variáveis do modelo, é importante destacar que, devido à natureza não linear do modelo probit ordenado, os coeficientes não podem ser interpretados diretamente

em termos de probabilidade. Em vez disso, eles permitem comparar o efeito relativo de cada variável. Os efeitos marginais permitem analisar a variação na probabilidade de um indivíduo pertencer a uma determinada categoria de felicidade diante de uma mudança unitária na variável explicativa, mantendo as demais constantes.

Grande parte das variáveis não foram significativas a pelo menos 10% de significância. Isso sugere que há poucas evidências que variáveis como grupo racial, sexo e número de filhos influenciem diretamente a felicidade relatada. Esses achados estão em concordância com as análises realizadas na seção de análise descritiva dos dados e com a literatura revisada, a qual indica que fatores como gênero, escolaridade e raça têm efeitos diretos menos expressivos na felicidade (Diener, Lucas e Oishi., 2018). A tabela 14 contém os resultados da estimação.

Tabela 14 - Resultados Da Estimação

(continua)			
Variáveis	Coef,	Erro Padrão	P
<b>Dummy desempregado</b>	-0,2612	0,0981	<b>0,01</b>
<b>Preocupações em Perder o emprego (base = 4)</b>			
1	0,2062	0,1519	0,18
2	0,1949	0,1245	0,12
3	-0,1138	0,0955	0,23
<b>Escala de rendimentos (Em relação a 1)</b>			
2	0,4017	0,175	<b>0,02</b>
3	0,0794	0,1469	0,59
4	0,0103	0,1485	0,95
5	0,0345	0,1366	0,80
6	-0,1269	0,1689	0,45
7	0,1045	0,1837	0,57
8	0,4472	0,2451	<b>0,07</b>
9	0,4618	0,7224	0,52
10	0,2647	0,2911	0,36
<b>Estado de saúde subjetivo (base = 5)</b>			
1	-2,4244	0,478	<b>0</b>
2	-1,3819	0,2448	<b>0</b>
3	-1,1613	0,1229	<b>0</b>
4	-0,6458	0,103	<b>0</b>
<b>Idade</b>	-0,0107	0,004	<b>0,01</b>
<b>Idade<sup>2</sup></b>	-0,0001	0,0002	0,62
<b>Grupo étnico (Em relação a Branco)</b>			
Negro	0,1286	0,1172	0,27
Pardo	0,0145	0,088	0,87
Oriental	-0,1309	0,4385	0,77
Indígena	0,2514	0,6866	0,71
<b>Sexo masculino</b>	-0,0969	0,0816	0,24
<b>Estado civil (Em relação a solteiros)</b>			
Casado	0,2767	0,1101	0,01

Tabela 14 - Resultados Da Estimação

Variáveis	(continuação)		
	Coef,	Erro Padrão	P
Morando Junto	0,1804	0,1258	0,15
Divorciado	-0,4805	0,1555	<b>0</b>
Separado	-0,1797	0,166	0,28
Viuvo	-0,4334	0,2627	<b>0,10</b>
<b>Escolaridade (Em relação à primário)</b>			
Sem estudos	0,0959	0,2897	0,74
Ginásio	0,0938	0,1413	0,51
Ensino Médio Completo	-0,0503	0,1113	0,65
Educação Superior	-0,2743	0,1523	<b>0,07</b>
Mestrado	4,9031	88,9594	0,96
Doutorado	0,6342	0,6882	0,36
<b>Número de Filhos</b>			
<b>Importância do Auxílio Desemprego (Base = 10)</b>			
0	0,2156	0,7319	0,77
1	0,5716	0,1489	<b>0</b>
2	0,3213	0,3615	0,37
3	0,6375	0,3736	<b>0,09</b>
4	0,0075	0,2358	0,98
5	0,0845	0,1216	0,49
6	0,0545	0,1977	0,78
7	0,3091	0,1751	<b>0,08</b>
8	-0,1338	0,1929	0,49
9	0,0799	0,0225	<b>0</b>

Fonte: Elaboração Própria

O desemprego apresentou um coeficiente negativo (-0,2612) e significativo ao nível de 1%. Isso indica que, mantendo-se as outras variáveis constantes, a situação de desemprego reduz a probabilidade de um indivíduo relatar níveis mais elevados de felicidade. Esse resultado está em conformidade com a teoria econômica e sugere a existência de uma incidência de desemprego involuntário no Brasil. A queda no bem-estar subjetivo causada pelo desemprego sugere que existem fatores diretamente relacionados à condição de desempregado (como perda de autoestima e identidade pessoal, prejuízos nas redes sociais e estigma social) que impactam diretamente a felicidade relatada.

A variável que avalia a importância atribuída ao auxílio-desemprego em uma democracia apresentou alguns níveis com coeficientes estatisticamente significativos a pelo menos 10%, em comparação ao nível 10. Os resultados indicam que os níveis 1 e 3 de importância possuem maiores probabilidades de estar associados a níveis mais elevados de felicidade (com  $P < 0,01$  e  $P = 0,09$ , respectivamente). O nível 9 de importância demonstrou um coeficiente significativo a menos de 1%, porém seu coeficiente foi menor, sugerindo que

este nível tem probabilidades ligeiramente maiores de relatar níveis mais altos de felicidade em relação ao nível 10 de preocupação. Os resultados sugerem que quem atribui nível 10 de importância ao auxílio-desemprego tem probabilidades menores de relatar níveis mais altos de felicidade.

Considerando que 54% dos respondentes atribuem nota máxima (10) à importância do auxílio-desemprego, os resultados indicam que uma avaliação mais alta desse benefício está associada a uma menor probabilidade de um indivíduo relatar níveis mais altos de bem-estar. Essa relação pode refletir uma insatisfação com a eficácia dos programas de proteção aos desempregados, ou apontar para a presença de grupos vulneráveis, dependentes desse auxílio. O resultado, aliado à preocupação com a perda ou dificuldade em encontrar um emprego (embora esta última variável não tenha apresentado coeficientes significativos), pode evidenciar níveis elevados de tensão e ansiedade em relação ao mercado de trabalho, especialmente entre os desempregados, contribuindo para níveis mais baixos de felicidade.

A variável Renda foi construída como uma variável categórica, utilizando a faixa 1 como categoria de referência. Os resultados indicam que apenas as faixas 2 e 8 apresentaram coeficientes estatisticamente significativos a um nível de pelo menos 10% ( $\beta = 0,4017$ , p-valor = 0,02 e  $\beta = 0,4472$ , p-valor = 0,07, respectivamente). Isso sugere que indivíduos pertencentes a essas faixas têm maior probabilidade de se declararem em níveis mais elevados de felicidade quando comparados àqueles na faixa 1. O coeficiente mais alto na faixa 8 sugere que o efeito positivo da renda sobre a felicidade é mais intenso nessa categoria comparativamente à faixa 2, porém sua significância foi mais baixa. Assim, a 5% de confiabilidade, a faixa 2 pode ter maior efeito sobre a felicidade.

Os resultados apontam para uma relação fraca e não linear entre renda e felicidade. Isso está em consonância com os resultados de Neri (2009), que identificou que a relação entre renda e felicidade no Brasil é a mais fraca entre os 132 países estudados, estando mais associada à migração de pessoas sem renda para faixas de renda mais baixas, como observado na comparação entre as faixas 1 e 2 de renda.

O estado de saúde foi a variável com os maiores coeficientes entre as variáveis significativas e com o menor p-valor, indicando que a saúde tem um grande efeito dentro do modelo. Mantendo todas as outras variáveis constantes, quanto melhor a saúde relatada, maior é a probabilidade de o indivíduo se declarar em níveis mais elevados de felicidade. Apesar de os resultados estarem alinhados com outros estudos que utilizam medidas mais objetivas de

saúde, é necessário cautela ao interpretar o coeficiente alto dessa variável. Fatores como o humor do respondente podem influenciar tanto a percepção de saúde quanto a felicidade relatada (Clark, 2018).

Em relação à idade, o coeficiente foi significativo, enquanto o coeficiente da variável idade ao quadrado não foi. Isso indica que, no Brasil, o avanço da idade impacta negativamente de forma linear as chances de um indivíduo relatar níveis superiores de felicidade. Apesar de o Brasil seguir padrões de felicidade relatada semelhantes aos de países desenvolvidos, a relação entre idade e felicidade é diferente da maioria dos países, onde a relação segue um padrão em "U", com um mínimo entre 40 e 50 anos. O declínio linear da felicidade com a idade é observado em alguns países de baixa renda (Diener, Lucas e Oishi., 2018).

O resultado sugere que a percepção de bem-estar subjetivo no Brasil declina com o envelhecimento, refletindo desafios estruturais como a falta de segurança financeira na velhice e limitações no acesso à saúde e ao bem-estar. Além disso, o resultado pode indicar que o país está envelhecendo mais rapidamente do que se desenvolvendo economicamente, considerando que há um declínio de fatores necessários ao bem-estar com o avanço da idade.

O estado civil foi construído como uma variável categórica, tendo os solteiros como categoria de referência. Apenas os viúvos e os divorciados apresentaram coeficientes significativos ( $\beta = (-0,4334)$ ; p-valor = 0,10 e  $\beta = (-0,4805)$ ; p-valor = 0,01, respectivamente). Isso indica que viúvos e divorciados têm menor probabilidade de relatar níveis mais altos de felicidade em comparação aos solteiros. O coeficiente mais negativo para os divorciados sugere que o divórcio tem um efeito maior na felicidade em relação à viuvez.

A variável escolaridade foi construída como uma variável categórica, comparando os diferentes níveis de educação em relação àqueles que concluíram apenas a educação primária. Apenas o coeficiente relacionado à educação superior foi significativo ao nível de 10%, indicando que aqueles que cursaram ou estão cursando ensino superior têm menor probabilidade de relatar níveis mais altos de felicidade em comparação a quem cursou apenas o ensino primário. Algumas hipóteses para o coeficiente negativo nesse grupo incluem a frustração com a área escolhida ou com o mercado de trabalho, a pressão e o estresse relacionados ao ambiente acadêmico e à vida profissional pós-formatura, além de expectativas de retorno frustradas para esse nível de formação.

Para uma análise mais detalhada, serão examinados os efeitos marginais, o que permitirá avaliar a mudança na probabilidade de estar em um dos níveis de felicidade em resposta a uma

variação unitária na variável explicativa, mantendo todas as outras variáveis constantes. A Tabela 15 apresenta os efeitos marginais estimados.

Tabela 15 - Efeitos Marginais

(continua)								
Variáveis	dy/dx(1)	P	dy/dx(2)	P	dy/dx(3)	P	dy/dx(4)	P
<b>Dummy desempregado</b>	0,0028	<b>0,09</b>	0,034	<b>0,01</b>	0,0406	<b>0,01</b>	-0,0775	<b>0,01</b>
<b>Preocupações em Perder o emprego (base = 4)</b>								
1	-0,0017	0,20	-0,0242	0,14	-0,0381	0,23	0,0640	0,19
2	-0,0017	0,16	-0,0230	0,10	-0,0357	0,16	0,0603	0,13
3	0,0014	0,30	0,0159	0,24	0,0153	0,22	-0,0326	0,23
<b>Escala de rendimentos (em relação a 1)</b>								
2	-0,0031	0,11	-0,0448	<b>0,02</b>	-0,0788	<b>0,04</b>	0,1268	<b>0,02</b>
3	-0,0009	0,60	-0,0106	0,59	-0,0118	0,59	0,0233	0,59
4	-0,0001	0,95	-0,0014	0,95	-0,0014	0,94	0,0030	0,95
5	-0,0004	0,80	-0,0047	0,80	-0,0049	0,80	0,0100	0,80
6	0,0018	0,49	0,0189	0,46	0,0144	0,44	-0,0351	0,45
7	-0,0011	0,57	-0,0138	0,56	-0,0160	0,58	0,0309	0,57
8	-0,0033	0,11	-0,0485	<b>0,04</b>	-0,0904	0,13	0,1423	<b>0,08</b>
9	-0,0034	0,32	-0,0497	0,39	-0,0942	0,62	0,1473	0,55
10	-0,0024	0,32	-0,0320	0,31	-0,0469	0,44	0,0813	0,38
<b>Estado de saúde subjetivo (base = 5)</b>								
1	0,1173	0,20	0,4506	<b>0</b>	-0,0763	0,64	-0,4916	<b>0</b>
2	0,0142	0,15	0,1862	<b>0</b>	0,2069	<b>0</b>	-0,4074	<b>0</b>
3	0,0081	0,05	0,1355	<b>0</b>	0,2233	<b>0</b>	-0,3668	<b>0</b>
4	0,0017	0,10	0,0497	<b>0</b>	0,1799	<b>0</b>	-0,2313	<b>0</b>
<b>Idade</b>	0,0001	0,09	0,0014	<b>0,01</b>	0,0017	<b>0,01</b>	-0,0032	<b>0,01</b>
<b>Idade<sup>2</sup></b>	0	0,63	0	0,62	0	0,62	0	0,62
<b>Grupo étnico (em relação a Branco)</b>								
Negro	-0,0012	0,31	-0,0160	0,26	-0,0216	0,30	0,0388	0,28
Pardo	-0,0002	0,87	-0,0019	0,87	-0,0022	0,87	0,0042	0,87
Oriental	0,0017	0,80	0,0188	0,78	0,0165	0,72	-0,0370	0,76
Indígena	-0,0021	0,63	-0,0292	0,67	-0,0467	0,76	0,0780	0,73
<b>Sexo masculino</b>	0,0010	0,30	0,0126	0,24	0,0151	0,24	-0,0287	0,23
<b>Estado civil (em relação a solteiros)</b>								
Casado	-0,0029	<b>0,10</b>	-0,0356	<b>0,02</b>	-0,0440	<b>0,01</b>	0,0825	<b>0,01</b>
Morando Junto	-0,0021	0,21	-0,0245	0,15	-0,0260	0,18	0,0525	0,16
Divorciado	-0,0018	0,44	-0,0212	0,43	-0,0215	0,50	0,0446	0,46

Tabela 15 - Efeitos Marginais

(Continuação)

Variáveis	dy/dx(1)	P	dy/dx(2)	P	dy/dx(3)	P	dy/dx(4)	P
Separado	0,0031	0,36	0,0291	0,30	0,0146	0,21	-0,0469	0,26
Viuvo	0,0039	0,11	0,0511	<b>0,05</b>	0,0788	0,19	-0,1338	0,12
<b>Escolaridade (em relação à primário)</b>								
Sem estudos	-0,0009	0,72	-0,0113	0,73	-0,0175	0,76	0,0297	0,75
Ginásio	-0,0008	0,53	-0,0111	0,50	-0,0171	0,51	0,0290	0,51
Ensino Médio Completo	0,0005	0,65	0,0064	0,65	0,0081	0,66	-0,0151	0,65
Educação Superior	0,0025	0,24	0,0272	0,16	0,0270	0,16	-0,0566	0,15
Mestrado	-0,0039	<b>0,06</b>	-0,0796	<b>0</b>	-0,6184	<b>0</b>	0,7019	<b>0</b>
Doutorado	-0,0032	0,15	-0,0539	0,15	-0,1545	0,45	0,2116	0,38
<b>Número de Filhos</b>	-0,0003	0,52	-0,0033	0,50	-0,0039	0,50	0,0075	0,50
<b>Importancia do Auxilio Desemprego (Base = 10)</b>								
0	-0,0022	0,71	-0,0277	0,74	-0,0337	0,81	0,0635	0,78
1	-0,0040	<b>0,04</b>	-0,0600	<b>0</b>	-0,1168	<b>0</b>	0,1808	<b>0</b>
2	-0,0029	0,26	-0,0389	0,29	-0,0552	0,48	0,0970	0,41
3	-0,0042	<b>0,06</b>	-0,0643	<b>0,01</b>	-0,1350	0,20	0,2035	0,11
4	-0,0001	0,97	-0,0011	0,98	-0,0009	0,98	0,0021	0,98
5	-0,0010	0,48	-0,0116	0,48	-0,0114	0,51	0,0240	0,49
6	-0,0007	0,77	-0,0076	0,78	-0,0071	0,80	0,0154	0,79
7	-0,0028	0,11	-0,0377	<b>0,04</b>	-0,0526	0,15	0,0930	<b>0,09</b>
8	0,0020	0,55	0,0205	0,51	0,0131	0,39	-0,0356	0,47
9	-0,0005	<b>0</b>	-0,0073	<b>0</b>	-0,0182	<b>0,01</b>	0,0260	<b>0,00</b>

Fonte: Elaboração Própria

Conforme demonstrado na tabela, a condição de desemprego está associada a uma redução de 7,75% na probabilidade de um indivíduo se declarar “muito feliz”. Em relação à renda, as faixas 2 e 8 aumentam, respectivamente, em 12,68% e 14,23% a probabilidade de um indivíduo se declarar muito feliz, em relação à faixa 1, porém a faixa 8 tem um p-valor mais alto (0,08), o que significa que seu efeito pode ser menos robusto.

A idade apresentou uma relação linear com a felicidade, com os resultados indicando que a probabilidade de um indivíduo se declarar "muito feliz" diminui em 0,32% a cada ano adicional. O termo quadrático da idade não foi estatisticamente significativo, indicando a ausência de um efeito não linear. Quanto à importância atribuída ao auxílio-desemprego, algumas categorias mostram uma redução na probabilidade de se declararem "infelizes" e um aumento na de se declararem "muito felizes", sugerindo que esses indivíduos apresentam

maiores chances de bem-estar em comparação com a categoria 10. Por exemplo, aqueles que atribuem nota 1 à importância do auxílio-desemprego têm 18% mais chances de se declararem "muito felizes" e 6% menos chances de se considerarem "infelizes".

Os resultados indicam que, controlando pelas outras variáveis, o desemprego tem uma relação significativa com a redução da felicidade, evidenciando os efeitos não monetários do desemprego. Esses efeitos podem estar relacionados a fatores como a perda de realização pessoal, a ruptura de vínculos sociais e o sentimento de insegurança econômica. No entanto, ao contrário da maioria dos estudos, o coeficiente estimado para o desemprego foi menor que o de muitas variáveis significativas. Por exemplo, a faixa 2 de renda aumenta em 12,68% a probabilidade de um indivíduo se declarar "muito feliz" em comparação à faixa 1, superando em 1,6 vezes o efeito causado pelo desemprego.

A diferença de bem-estar relatado na faixa 2 em relação à faixa 1 se alinha com os resultados de Neri (2009), onde o aumento da felicidade no Brasil está mais relacionado à migração de pessoas sem renda para faixas de renda mais baixas, através de programas como o Bolsa Família. Isso evidencia que, no Brasil, programas sociais como o Bolsa Família têm um grande efeito sobre o bem-estar subjetivo, podendo mitigar os efeitos do desemprego ao reduzir o sentimento de insegurança econômica aos seus beneficiários.

Outro resultado importante foi a relação entre a importância atribuída ao auxílio desemprego e a felicidade relatada. Essa relação pode sugerir, por exemplo, uma insatisfação com os programas de auxílio desemprego, apontar uma preocupação maior com a estabilidade econômica entre os que valorizam mais o auxílio, ou evidenciar a existência de grupos mais vulneráveis e dependentes de programas de proteção aos desempregados. A alta incidência de indivíduos com maiores preocupações em ficar desempregados ou não encontrar um emprego (868 indivíduos, 78,55% da amostra), em conjunto com a relação observada entre a importância atribuída ao auxílio desemprego e a felicidade relatada, aponta para uma percepção de insegurança no mercado de trabalho. Além disso, a análise dos dados evidenciou maior preocupação com o status de trabalho entre os desempregados.

A relação entre idade e felicidade também pode revelar características interessantes sobre os resultados brasileiros: Ao contrário do padrão em U esperado, obtido na maioria dos estudos, os resultados evidenciam uma relação negativa linear entre idade e felicidade. Na seção de análise descritiva dos dados, observou-se taxas crescentes de desemprego a partir dos 43 anos, atingindo percentuais elevados entre os 49 e 62 anos. Em conjunto, esses resultados

podem indicar uma queda no bem-estar com a idade associada à insegurança econômica e com o mercado de trabalho. Fatores como dificuldades de adaptação, ou desafios de recolocação no mercado de trabalho entre os mais velhos podem prejudicar a autoestima, levar ao sentimento de insegurança econômica e impactar os níveis de bem-estar subjetivo.

Os resultados deste estudo revelam algumas diferenças em relação a pesquisas anteriores na área, realçando as particularidades do contexto brasileiro e a evolução do bem-estar subjetivo no país ao longo do tempo. Em comparação a estudos anteriores, como o de Corbi e Menezes-Filho (2006), observa-se uma melhora nos níveis de felicidade relatados no Brasil. No entanto, os resultados evidenciam alguns desafios, como o sentimento de insegurança em relação ao mercado de trabalho, e dificuldades de inserção no mercado de trabalho, especialmente entre os mais velhos. Ainda, a correlação negativa entre desemprego e a felicidade sugere a prevalência de desemprego involuntário, causando prejuízos no bem-estar mesmo isolados outros fatores, como a perda monetária.

Nesse contexto, políticas públicas focadas na realocação eficiente de desempregados, como programas de requalificação profissional alinhados às demandas do mercado, e na promoção de garantias trabalhistas, como seguro-desemprego e mecanismos de proteção contra demissões injustas, podem desempenhar um papel crucial na promoção do bem-estar subjetivo ao facilitar a reintegração ao mercado de trabalho e reduzir o sentimento de insegurança.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou a relação entre desemprego e felicidade no Brasil, com o objetivo de compreender os efeitos do desemprego para além da perda monetária e sua interação com outros correlatos do bem-estar subjetivo. Utilizando dados da *World Values Survey (WVS)* 7ª onda (2017-2022) e o método probit ordenado, os resultados evidenciaram que o desemprego está negativamente associado à felicidade relatada. No entanto, diferente da maioria dos estudos, o coeficiente estimado para o desemprego mostrou-se menor do que grande parte dos coeficientes significativos.

A influência na comparação entre as faixas de menor rendimento sobre a felicidade evidencia a eficiência de políticas de transferência de renda na promoção do bem-estar subjetivo. O efeito atenuado do desemprego, quando comparado a outras variáveis, pode indicar que programas sociais, como o Bolsa Família, desempenham um papel importante na redução da insegurança econômica dos desempregados no Brasil. Além disso, a relação linear entre idade e felicidade, diferindo da tendência observada em outros estudos, pode indicar que fatores específicos do mercado de trabalho brasileiro, como dificuldades de recolocação profissional e insegurança financeira entre trabalhadores mais velhos, podem influenciar o bem-estar ao longo da vida.

Outro achado relevante foi a relação entre a importância atribuída ao auxílio-desemprego e a felicidade, indicando um possível descontentamento com a eficácia dos programas de proteção social ou um reflexo da vulnerabilidade econômica da população dependente desses benefícios. A alta taxa de preocupações mais elevadas em ficar desempregado ou não encontrar um emprego reforça a percepção de instabilidade no mercado de trabalho, sugerindo que medidas de proteção ao trabalhador podem ser fundamentais para a promoção da felicidade da população brasileira.

Assim, políticas públicas direcionadas para a realocação eficiente dos desempregados, incluindo programas de requalificação profissional ajustados às necessidades do mercado, bem como a promoção de garantias trabalhistas, como seguro-desemprego e proteção contra demissões injustas, podem ter um papel vital na melhoria do bem-estar subjetivo ao facilitar a reinserção no mercado de trabalho e diminuir a sensação de insegurança.

Apesar das contribuições, limitações como a natureza transversal dos dados e vieses de autorrelato impedem inferências causais mais robustas. Futuros estudos poderiam explorar dados longitudinais para investigar como variações no desemprego ao longo do tempo

impactam a felicidade, além de avaliar o papel específico de políticas públicas no bem-estar de desempregados.

A heterogeneidade regional e socioeconômica do Brasil também merece atenção, pois as diferenças culturais e econômicas entre os diversos grupos podem influenciar a experiência do desemprego e da felicidade. Portanto, estudos focados em grupos específicos poderiam fornecer resultados mais precisos sobre o desemprego e sobre a felicidade em diferentes contextos regionais e sociais. Além disso, a análise considerando a divisão entre grupos específicos pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, adaptadas às particularidades de cada segmento populacional.

Por fim, este estudo trouxe indícios indiretos sobre os efeitos de algumas políticas sociais. Investigar a relação entre programas como seguro-desemprego, qualificação profissional e transferência de renda com a felicidade auto relatada poderia aprofundar a compreensão sobre como essas iniciativas influenciam o status de emprego e o bem-estar subjetivo da população.

## 6 REFERÊNCIAS

- AZIZAN, N. H.; MAHMUD, Z. Determinants of Subjective Well-Being: A Systematic Review. **Environment-Behaviour Proceedings Journal**, v. 3, n. 7, p. 135, 2 mar. 2018.
- BATES, Winton. Gross national happiness. **Asian-Pacific Economic Literature**, v. 23, n. 2, p. 1-16, 2009.
- BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultura, 1989.
- CHENG, Terence C.; POWDTHAVEE, Nattavudh; OSWALD, Andrew J. Longitudinal evidence for a midlife nadir in human well-being: Results from four data sets. **The Economic Journal**, v. 127, n. 599, p. 126-142, 2017.
- CLARK, Andrew E.; OSWALD, Andrew J. Unhappiness and unemployment. **The economic journal**, v. 104, n. 424, p. 648-659, 1994.
- CLARK, Andrew. A Note on Unhappiness and Unemployment Duration. **Social Science Research Network**, 1 jan. 2006.
- CLARK, Andrew. **SWB as a Measure of Individual Well-Being**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01134483/file/wp201511.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- CLARK, A. E. Four Decades of the Economics of Happiness: Where Next? **Review of Income and Wealth**, v. 64, n. 2, p. 245–269, 25 abr. 2018.
- CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 26, p. 518-536, 2006.
- DIENER, Ed; LUCAS, Richard E.; OISHI, Shigehiro. Advances and open questions in the science of subjective well-being. **Collabra: Psychology**, v. 4, n. 1, p. 15, 2018.
- EASTERLIN, Richard. Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence. **Nations and Households in Economic Growth**, p. 89–125, 1974.
- EASTERLIN, Richard A. Happiness and Economic Growth – The Evidence. **Global Handbook of Quality of Life**, p. 283–299, 2015.
- FERRER-I-CARBONELL, Ada; FRIJTERS, Paul. How important is methodology for the estimates of the determinants of happiness? **The Economic Journal**, v. 114, n. 497, p. 641–659, 2004.
- FERRER-I-CARBONELL, Ada. Happiness economics. **SERIEs**, v. 4, n. 1, p. 35-60, 2013.
- FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. What Can Economists Learn from Happiness Research? **Journal of Economic Literature**, v. 40, n. 2, p. 402-435, 2002.
- GREENE, Willian. H. **Econometric Analysis**. 6 ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 924 p.

HAERPFER Christian H., INGLEHART Ronald F., MORENO Alejandro, WELZEL Christian, KIZILOVA Kseniya, DIEZ-MEDRANO Juan, LAGOS Marta, NORRIS Pippa, PONARIN Eduard & PURANEN Bjorn (eds.). 2022. **World values survey: Round seven-country-pooled datafile version**. v. 6.0 Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WWSA Secretariat., 2022. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp>. Acesso em: 25 out. 2024.

HAYBRON, Dan, "Happiness". **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/happiness/>. Acesso em: 25 out. 2024.

HELLIWELL, John F.; BARRINGTON-LEIGH, Christopher P. Measuring and understanding subjective well-being. **Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économie**, v. 43, n. 3, p. 729–753, 2010.

HELLIWELL, John F.; HUANG, Haifang. New measures of the costs of unemployment: Evidence from the subjective well-being of 3.3 million Americans. **Economic Inquiry**, v. 52, n. 4, p. 1485-1502, 2014.

HELLIWELL, John F; PUTNAM, Robert. The social context of well-being. **Philosophical Transactions of the Royal Society**, London, B, v. 359, p. 1435–1446, 2004.

IBGE. **Desemprego**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 25 out. 2024.

ISLAM, Gazi; WILLS-HERRERA, Eduardo; HAMILTON, Marilyn. Objective and subjective indicators of happiness in Brazil: The mediating role of social class. **The Journal of social psychology**, v. 149, n. 2, p. 267-272, 2009.

KNABE, Andreas; RÄTZEL, Steffen. Better an insecure job than no job at all? Unemployment, job insecurity and subjective wellbeing. **Economics Bulletin**, v. 30, n. 3, p. 2486-2494, 2010.

LAYARD, Richard. Rethinking public economics: The implications of rivalry and habit. **Economics and happiness**, v. 1, n. 1, p. 147-170, 2005.

LUCAS, Richard E., CLARK, Andrew E., GEORGELLIS, Yannis, & DIENER, Ed. Unemployment alters the set point for life satisfaction. **Psychological science**, v. 15, n. 1, p. 8-13, 2004.

MACKERRON, George. Happiness economics from 35 000 feet. **Journal of Economic Surveys**, v. 26, n. 4, p. 705-735, 2012.

MEISENBERG, Gerhard; WOODLEY, Michael A. Gender differences in subjective well-being and their relationships with gender equality. **Journal of happiness studies**, v. 16, p. 1539-1555, 2015.

NERI, Marcelo. Como vai a vida? Entendendo a Economia da Felicidade. **São Paulo: FGV Social**, 2019.

NG, Yew-Kwang. A case for happiness, cardinalism, and interpersonal comparability. **The Economic Journal**, v. 107, n. 445, p. 1848-1858, 1997.

NIKOLOVA, Milena; GRAHAM, Carol. The economics of happiness. **Handbook of labor, human resources and population economics**, 2021. p. 1-33.

OISHI, Shigehiro; KESEBIR, Selin. Income inequality explains why economic growth does not always translate to an increase in happiness. **Psychological science**, v. 26, n. 10, p. 1630-1638, 2015.

OSWALD, Andrew J.; WU, Stephen. Objective confirmation of subjective measures of human well-being: Evidence from the USA. **Science**, v. 327, n. 5965, p. 576-579, 2010.

PECH, Wesley; MILAN, Marcelo. Inflação, Desemprego e Bem-Estar: uma avaliação comportamentalista do regime de metas de inflação. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba. Vol. 36, n. 128 (jan./jun. 2015), p. 49-64, 2015.

RIBEIRO, Lilian Lopes; MARINHO, Emerson Luis Lemos. Gross National Happiness in Brazil: An analysis of its determinants. **EconomiA**, v. 18, n. 2, p. 156-167, 2017.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: **Editora Companhia das letras**, 2018.

SUPPA, Nicolai. Unemployment and subjective well-being. **Handbook of Labor, Human Resources and Population Economics**, 2021. p. 1-32.

VAN DER MEER, Peter H. Gender, unemployment and subjective well-being: Why being unemployed is worse for men than for women. **Social Indicators Research**, v. 115, n. 1, p. 23-44, 2014.

VEENHOVEN, Ruut. Advances in understanding happiness. **Revue québécoise de psychologie**, v. 18, n. 2, p. 29-74, 1997.

WINKELMANN, Liliana; WINKELMANN, Rainer. Why are the unemployed so unhappy? Evidence from panel data. **Economica**, v. 65, n. 257, p. 1-15, 1998.